

UNIVERSIDADE ABERTA



**Herói(s) e anti-herói(s) na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão
Lopes, e em “Arras por foro de Espanha”, de Alexandre
Herculano**

Noémia Maria Mota Baião Bernardo

Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes

2021

UNIVERSIDADE ABERTA



**Herói(s) e anti-herói(s) na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão
Lopes, e em “Arras por foro de Espanha”, de Alexandre
Herculano**

Noémia Maria Mota Baião Bernardo

Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes

Dissertação de mestrado orientada pela Professora Doutora Isabel Maria de
Barros Dias

2021

Resumo:

Este trabalho tem como finalidade analisar a figura do herói e do anti-herói medievais revisitados em “Arras por foro de Espanha”, de Alexandre Herculano. Procedemos a uma comparação com a fonte de inspiração do conto de Alexandre Herculano, a *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes. Detivemo-nos, sobretudo, nas personagens, procurando identificar herói(s) e anti-herói(s), com destaque para as figuras de D. Fernando e de D. Leonor Teles. O ponto de vista adotado, ao nível metodológico, foi o dos Estudos Comparados e dos Estudos sobre o Imaginário. Identificados os perfis dos heróis e dos anti-heróis, analisámos as suas ações tendo como pressuposto a obra *O herói de mil faces* de Joseph Campbell. Foram igualmente objeto de análise e de reflexão as eventuais motivações e estudados, ainda que de forma sucinta, os autores das obras que serviram de base à nossa dissertação. Tanto Fernão Lopes como Alexandre Herculano, através da investigação, análise e, sobretudo, da sua arte criativa, deixaram um legado importante não só ao nível cultural como social. O conhecimento que esse legado nos faculta, nomeadamente, no que se refere às consequências das nossas ações, visa alertar para os efeitos nocivos que podem advir de um comportamento contrário à ética e à moral, quer seja em termos individuais, quer seja em termos coletivos.

Palavras-chave: Literatura; Fernão Lopes; Alexandre Herculano; herói; anti-herói.

Abstract:

This work aims to analyse the profile of the medieval hero and antihero revisited in "Arras por foro de Espanha" by Alexandre Herculano. We made a comparison with the source of inspiration of the tale of Alexandre Herculano, the *Chronicle of D. Fernando*, by Fernão Lopes. We looked, above all, at the characters, trying to identify hero(s) and anti-hero(s), especially D. Fernando and D. Leonor Teles. The point of view adopted, at the methodological level, was that of comparative studies and studies on the imaginary. Having identified the profiles of heroes and anti-heroes, we analysed their actions based on Joseph Campbell's *The Hero with a Thousand Faces*. The authors of the works that served as the basis for our dissertation were also the object of analysis and reflection. Both Fernão Lopes and Alexandre Herculano, through research, analysis and, above all, their creative art, left an important legacy not only at cultural but also at social level. The knowledge that this legacy provides us, namely in what concerns the consequences of our actions, aims at alerting to the harmful effects that may come from a behaviour contrary to ethics and morals, either in individual or collective terms.

Key words: Literature; Fernão Lopes; Alexandre Herculano; hero; antihero.

Resumé:

Ce travail a pour but analyser la figure du héros médiéval et antihéros revisité dans «Arras por foro de Espanha» d'Alexandre Herculano. Nous avons fait une comparaison avec la source d'inspiration de l'histoire d'Alexandre Herculano, la *Chronique de D. Fernando*, de Fernão Lopes. Nous nous sommes arrêté, surtout, sur les personnages, en essayant d'identifier les héros et les anti-héros, en particulier les figures de D. Fernando et D. Leonor Teles. Le point de vue adopté, au niveau méthodologique, a été celui des études comparées et des études sur l'imaginaire. Après avoir identifié les profils des héros et des anti-héros, nous avons analysé leurs actions en nous basant sur l'ouvrage *Le héros aux mille visages* de Joseph Campbell. Les motivations possibles ont également été analysées et étudiées, même si c'est brièvement, les auteurs des travaux qui ont servi de base à notre thèse. Fernão Lopes et Alexandre Herculano ont tous deux laissé, par leurs recherches, leurs analyses et surtout leur art créatif, un héritage important non seulement au niveau culturel mais aussi au niveau social. La connaissance que nous apporte cet héritage, notamment en ce qui concerne les conséquences de nos actes, vise à alerter sur les effets néfastes qui peuvent découler de comportements contraires à l'éthique et à la morale, que ce soit individuellement ou collectivement.

Mots-clés: Littérature; Fernão Lopes; Alexandre Herculano; héros; antihéros.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, a vida, as bênçãos de saúde e paz, a oportunidade de trabalho e aprendizagem.

À minha família e amigos, que me apoiaram neste percurso académico, fico grata eternamente.

Manifesto, ainda, a minha gratidão à Professora Doutora Isabel Maria Barros Dias, alma generosa, que soube acolher o meu pedido e prestar-me auxílio precioso, orientando-me a apontando-me roteiros.

Índice

1. Introdução	1
2. Metodologia	8
3. Fernão Lopes, o homem, o cronista e o seu tempo.....	11
4. Alexandre Herculano, os desafios de um homem do século XIX.....	20
5. O chamado do herói, sua influência no meio social	31
6. O(s) herói(s) na <i>Crónica de D. Fernando</i> e em “Arras por foro de Espanha”	41
7. O(s) anti-herói(s) na <i>Crónica de D. Fernando</i> e em “Arras por foro de Espanha”	52
8. Conclusão	67
9. Bibliografia	73

1. Introdução

A nossa dissertação tem como finalidade analisar a figura do herói e do anti-herói medievais, revisitados na narrativa histórica “Arras por foro de Espanha”, da autoria de Alexandre Herculano, tendo como contraponto a *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes. A motivação para encetar este trabalho decorreu do estudo realizado sobre o motivo do herói, no seminário “Literatura e Imaginário”, unidade curricular do Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes.

“Arras por foro de Espanha” está inserido na obra *Lendas e Narrativas*, publicada pela primeira vez em 1851. A maioria dos textos que compõem a obra *Lendas e Narrativas* retratam o contexto político e social do nosso passado histórico e foram divulgados, entre 1839 e 1844, nas publicações periódicas *O Panorama* e *Ilustração*, bem como em outros jornais, como o próprio autor indica na “Advertência” da obra editada pela Casa da Viúva Bertrand e Filhos, no ano referido no início deste parágrafo.

Graças ao profundo conhecimento histórico de Herculano, os episódios deste conto descrevem o que se passou numa parte do reinado de D. Fernando, 9.º rei de Portugal: o seu conflituoso envolvimento amoroso, posterior casamento com Leonor Teles e as consequências destes atos.

A *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, terá sido a fonte de inspiração para o conto de Alexandre Herculano, mas outras fontes foram também objeto da investigação do historiador. Sendo estas diversas, a título de exemplo, apontamos a “Carta d’Arras de Leonor Teles” de 5 de janeiro de 1410, que Herculano transcreve quase textualmente na página 165 do conto, ou a “lei dos trajos” de D. Afonso IV, que menciona na página 101.

O período refletido na *Crónica de D. Fernando* é o século XIV, a que nos referiremos em maior detalhe no cap. 3. Trata-se de um período de guerras, desassossegos, conflitos políticos, que se refletem na economia do reino, “é a decadência da célebre ‘indústria’ dos panos da Flandres”, “a crise frumentária”, “a sucessão de colheitas deficitárias, a alta de preços”, “a diminuição da produção, o desemprego”, redução das exportações, “modificação das rotas comerciais”, como refere João Gouveia Monteiro, na sua obra *Fernão Lopes, texto e contexto* (1988: 23-28). Os fatores apontados contribuíram fortemente para a instabilidade social, para a fome, para a miséria das classes menos favorecidas e colocaram em evidência a precariedade da existência material, “só já muito perto dos meados do século XV” é

possível encontrar “os primeiros indicativos seguros de uma verdadeira re-estabilização económica” (Monteiro, 1988: 28).

No que respeita à cultura, o público cortesão absorve uma “literatura novelística baseada na tradição narrativa dos romances de cavalaria arturianos” e esse “outro género literário, habitualmente conhecido por ‘espelhos de príncipes’”. Trata-se de uma “literatura de acentuado pendor ‘educativo’, essencialmente destinada à formação (moral, intelectual e prática) dos governantes” (Monteiro, 1988: 44-45).

Com Fernão Lopes “consolidar-se-á uma nova fase na evolução da nossa historiografia: aquela que garante a transição do estilo do ‘memorial’ ou do ‘cronicão’ para o estado de ‘crónica’” (Monteiro, 1988: 85-86), ou seja, passamos a ter um autor que conta factos relativamente recentes, sendo a sua narrativa indelevelmente marcada por um estilo muito próprio.

Nas *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I*, primeira e segunda partes, a trilogia, como as designam vários autores, nomeadamente António José Saraiva e João Gouveia Monteiro, Fernão Lopes dá-nos a conhecer “estórias” de reis e rainhas, príncipes e princesas, de carne e osso, mas também almas sujeitas às leis naturais e às leis humanas, que tal como todos os seres humanos passam por conflitos e alegrias, ilusões e desilusões, amores e desamores, peças de um jogo de xadrez com elevado grau de complexidade, que se vai refletir no seu pensar, sentir e agir.

Como aponta António José Saraiva, na obra *o Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, “As *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I* apresentam-se claramente como uma justificação e legitimação da nova dinastia e do pessoal dirigente que saiu da insurreição de 1383” (1996: 178). Fernão Lopes dá-nos conta dessa rebelião na *Crónica de D. Fernando*, pelo que, podemos afirmar que, em termos sociopolíticos, o reinado de D. Fernando decorre em permanente inquietação e alvoroço, que culmina na revolta popular desencadeada pelo seu casamento com Leonor Teles, sobrinha do poderoso João Afonso Telo.

O rei D. Fernando surge na narrativa como uma personagem “cinzenta”, manobrado por D. Leonor, que lhe conhece os pontos fracos, o seduz e domina. Um rei que tinha como exemplo seu pai, possuidor de grande bravura e exímio governador do reino português, que deixara equilibrado ao nível das riquezas materiais que dão estabilidade aos povos. D. Fernando não tem a visão necessária para gestão desse tesouro. Talvez mal-aconselhado,

desbarata-o em guerras desnecessárias e coloca o país na alçada dos poderosos e ambiciosos, criando as condições propícias à revolta popular.

Na sua narrativa, Fernão Lopes aponta os factos políticos e as transformações sociais consequências desses factos. Não podemos esquecer, contudo, que o cronista estava ao serviço da corte, da 2.^a dinastia, pelo que o distanciamento e subjetividade talvez tenha sido difícil de conseguir, pese embora a declaração do autor sobre a veracidade de tudo quanto escreve, não dando importância, nem se sujeitando à vontade dos que gostariam de ver escritas, pela sua pena, as belas ações “douradas” dos intervenientes. Luís de Sousa Rebelo, no seu livro *A concepção do poder em Fernão Lopes*, afirma que “todas as alterações de substância aí registadas, como consequência da revolução, aparecem integradas, sob o aspecto estrutural, dentro da estabilidade e da ordem impostas pelo modelo régio” (1983: 22). Sobre a subjetividade do cronista, Saraiva diz-nos que “a interpretação histórica depende do género do historiador, da sua experiência social e da sua posição dentro das forças contraditórias que movimentam o mundo em que vive” (1996: 178).

É essa experiência social que vamos encontrar refletida na obra de Alexandre Herculano, a quem nos referimos no capítulo 4. O percurso existencial do historiador está repleto de duras provas: o exílio enquanto jovem; o exercício de uma vida dedicada aos ideais de liberdade, de justiça e cidadania, desprendido das ilusões do mundo, de honras ou homenagens. Estas experiências terão sido os pilares da sua formação intelectual e moral.

É certo que Herculano intervém no meio social através das diversas ações guerreiras e políticas que acontecem no seu tempo, contra o despotismo dos absolutistas, às quais se junta, mas a sua vocação maior é a escrita. Os estudos históricos são a base de todo o monumento de conhecimento e beleza que é a sua obra. Trata-se de um legado cultural e patrimonial que conseguiu alcançar o objetivo do seu autor: auxiliar os portugueses a despertar para as vantagens que o conhecimento da História pode trazer a cada cidadão, com vista ao seu progresso intelectual e moral, encontrando na reflexão a força e a determinação para iniciar o trabalho de autoaperfeiçoamento, exemplo que Herculano, de forma assertiva, soube deixar. O historiador não apontava caminhos que ele próprio não tivesse trilhado, uma vez que foi com empenho e abnegação que transitou pelas diversas fases da sua vivência terrena, sempre lutando para superar-se.

Não podemos deixar de apontar a riqueza cultural que legou a Portugal, país que tanto amou e respeitou. A saber: *História de Portugal*, 4 volumes; *História da origem e*

estabelecimento da Inquisição em Portugal, 3 volumes; *Opúsculos*, 10 volumes, cujos temas variados vão desde “A voz do profeta” (vol. 1) à “Batalha de Ourique” (vol. 3), sobre os Historiadores portugueses (vol. 5, que inclui: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Azurara, Garcia de Resende e outros) e muitos outros assuntos merecedores de ser lidos; *Estudos sobre o casamento civil*; *Poesias*, nas quais se inclui a “Harpa do Crente” (Livro primeiro); *Lendas e Narrativas*, 2 volumes: o primeiro inclui o “Alcaide de Santarém”; “Arras por foro de Espanha”; “O Castelo de Faria”; “A Abóbada”; o segundo inclui “A Dama pé de cabra”; “O Bispo Negro”; “A morte do Lidador”; “O Pároco da aldeia” e “De Jersey a Granville”. São ainda suas as obras *O Bobo*; *Eurico, o presbítero* e *O Monge de Cister*, 2 volumes. Sob a sua coordenação foram compilados e editados os *Portugaliae monumenta historica* e a *Crónica de D. Sebastião*, por Fr. Bernardo da Cruz e os *Annaes de D. João II*, por Fr. Luiz de Sousa.

Para o historiador, a Idade Média era a época da verdadeira liberdade, a verdadeira democracia, como afirma em “Arras por foro de Espanha” (1851: 97). É neste período histórico que vai encontrar base para o seu labor literário, e, muitas vezes, esquecendo as necessidades individuais, lança-se sem descanso na pesquisa e investigação de fontes, ao nível nacional. Como nos transmite Guilherme d’Oliveira Martins, no texto de homenagem aos *200 anos do nascimento de Alexandre Herculano, mestre-cidadão*, “Herculano tem na história da cultura portuguesa uma importância crucial já que fundou a historiografia contemporânea e influenciou positiva e decisivamente (como muito poucos) a atitude dos portugueses perante a sua História moderna” (2010: 8).

Em *Lendas e Narrativas*, através da narrativa e da ficção, tenta reconstruir o imaginário coletivo do povo português através do romance histórico, inovação do género literário designado por romantismo, contrário ao movimento neoclássico, e que preconizava o retorno à época medieval. Como afirma Vitorino Magalhães Godinho, “não se trata de narrativas de reinados, de seguir a acção de umas tantas personagens, de vermos o desenrolar de batalhas, mas sim de apreender as transformações sociais” (2010: 82).

Essas transformações sociais estão presentes em “Arras por foro de Espanha”, que relata a revolta social que o casamento de D. Fernando e Leonor Teles provocou. No conto, as personalidades da realeza da *Crónica* são transportadas por Herculano para a narrativa histórica ficcional, sem alterar as suas características, nem as subtrair às suas responsabilidades. A estas personagens adiciona Fr. Roy, que não existe na *Crónica*, mas

que é fundamental para criar a tensão necessária ao drama, servindo ainda os intentos do autor na crítica aos religiosos que subvertem o cristianismo e agem contra as normas de conduta de todos quantos se autodenominam seguidores do Cristo. Fr. Roy é, como ensina o Evangelho, “um sepulcro, caiado por fora e podre por dentro”, mente inconsciente que emite oratória eloquente, mas o exemplo que deixa fica aquém da nobreza moral que afirma possuir.

No capítulo 5. tecemos algumas considerações sobre a necessidade que o ser humano sente em criar um ser semelhante a si, mas com poderes superiores à condição humana, com vista a aliviar as dificuldades da existência terrena, na maioria das vezes muito dura e exigente; como surgem as figuras de herói e anti-herói, através de convenções que os consideram figuras da comunicação; como representam e influenciam as ideologias do seu tempo; como persuadem o leitor, determinando modas, pensamentos e ações; como ditam valores políticos, socioeconómicos, culturais e morais. Neste capítulo, o herói é-nos apresentado na sua rotina, que é quebrada quando algo excecional acontece, é o chamado à aventura. Indeciso quanto ao seu destino futuro, que se adivinha difícil, prefere continuar na sua zona de conforto e recusa esse chamado. Todavia, a sua intervenção no mundo material é indispensável e o seu anjo guardião vem até ele estimulando-o, intuindo-o, amparando-o. O herói compromete-se com o ideal e a sua jornada passa a decorrer fora do seu ambiente natural; os testes à sua coragem, determinação e vontade advêm e não pode fugir ao confronto com o inimigo. A tensão cresce quando o objetivo da sua missão está prestes a ser atingido. Passada a dificuldade, o herói é reconhecido, recebe a sua recompensa, regra geral, de natureza espiritual, e regressa transformado ao seu mundo para divulgar o conhecimento adquirido. O herói surge então como modelo para os seus semelhantes e a sua última missão é ajudá-los a superar as suas limitações.

Nos capítulos 6. e 7. procedemos a uma comparação aturada para determinar os traços com que cada um dos dois autores representou as personagens, com a preocupação de inserir um e outro nas respetivas épocas da sua produção.

No capítulo 6. refletimos sobre a figura do herói, após a seleção das personagens que, na nossa opinião, cabem nesse perfil a partir das obras de Fernão Lopes e Alexandre Herculano. A primeira personagem que elegemos é Fernão Vasques, que se doa, em sacrifício, pela obtenção da paz e da tranquilidade de todos aqueles que vivem em seu redor.

Outra personagem com perfil de herói, neste caso herói-coletivo, é o povo, como se de repente ele fosse o detentor da cura para todos os males sociais.

Por último, o infante D. Dinis, que não reconhece Leonor Teles como rainha de Portugal, rejeita beijar-lhe a mão e prestar-lhe vassalagem, considerando-a infiel e viciosa. Em oposição à sua determinação, está seu irmão D. João de Castro, que não só aceita de bom grado a rainha, como se deixa seduzir por ela. Manobrado pelas ideias diabólicas de Leonor, tira a vida a D. Maria Teles, com quem tinha contraído matrimónio em segredo. A rainha sugere-lhe que case com a infanta D. Beatriz, sua filha, condição que lhe daria acesso ao trono português, após a morte de D. Fernando. O jovem infante cai nas malhas de Leonor e a fortuna dá lugar à desgraça.

Estas passagens da Crónica presentificam-nos personalidades complexas e vivências atribuladas, que nos compelem a refletir sobre as causas e as consequências dos seus pensamentos e atos.

No capítulo 7. debruçamo-nos sobre os que, pelos seus carateres, cabem no perfil de anti-herói. A primeira personalidade escolhida é D. Fernando, um rei que tem capacidades suficientes para vencer na sua jornada terrena, mas deixa-se seduzir pela beleza e ‘angelitude’ de Leonor Teles e o desfecho é bem diferente. Amarrado na ‘cadeia mental’ que construiu para si mesmo, transforma-se em marioneta articulada pela rainha, também ela anti-herói nesta história de paixões, ilusões e sofrimentos. Em Fernão Lopes ela aparece majestosa, intensa, uma heroína, possuidora de uma vontade inflexível, obstinada, que lhe permite realizar o sonho da sua vida, ser rainha. Nunca abandona a postura orgulhosa, nem quando o genro a leva, cativa, para o mosteiro de Tordesilhas.

Presente somente no conto de Herculano, Fr. Roy, o beguino, é o traidor, o espião, aquele que nasceu com perfil de anti-herói. Professava a pobreza, mas a pobreza real era a da sua alma ressequida pela ambição, pela inveja, pela ignomínia. Exemplifica os que se dizem servidores do Cristo, mas que agem contra os seus princípios, contra as bem-aventuranças.

Em breve síntese, podemos afirmar que através dos exemplos refletidos nestas histórias complexas, baseadas em factos reais, podemos recolher várias lições: a primeira é que se procura transmitir que, se o ser humano tem pensamentos ou pratica atos considerados desonestos ou imorais, segundo os padrões da vivência social e ética, é porque o seu entendimento ainda não está consolidado nas leis morais. A segunda é que é possível através

do estudo do passado histórico e da reflexão recolher lições, modificar e ajustar pensamentos, por forma a melhorar o comportamento individual, tendo como consequência a conquista da própria harmonia e, em simultâneo, contribuir para o progresso da humanidade. Este e outros pontos relacionados com a matéria em causa serão desenvolvidos no final deste trabalho. Assim, terminamos a nossa dissertação com uma súpula das conclusões a que chegámos e sugestões de trabalho individual e coletivo.

A seguir dedicamos algumas páginas à apresentação de alguns pressupostos e do modo como procedemos para a elaboração da presente dissertação.

2. Metodologia

O trabalho de investigação consistiu, numa primeira fase, na consulta de diferentes fontes que enformam os conceitos de herói, anti-herói, mito e imaginário, tendo em conta os estudos efetuados na unidade curricular “Literatura e Imaginário”, do curso de Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes, tendo como premissa as narrativas de Fernão Lopes, de Alexandre Herculano e as respetivas mundividências e perceções histórico-sociais.

Numa segunda fase, seleccionámos as obras que, no nosso entender, nos permitiram desenvolver os temas que nos propusemos analisar. Assim no que concerne aos conceitos referidos acima, optámos pelas obras *O mito do nascimento do herói. Uma interpretação psicológica dos mitos*, de Otto Rank, e *O herói de mil faces* de Joseph Campbell. Na obra *O mito do nascimento do herói...*, o autor reuniu diferentes contos da tradição popular, que exibem os seus heróis, comparando-os e analisando a psique humana, com os pressupostos da mitologia comparada. Rank foi um dos fundadores dos estudos da psicologia interpessoal e existencial, e outros como Campbell e Jung, continuaram a investigação nessa área.

Campbell, na obra já referida, apresenta-nos o resultado do seu labor imenso, no qual afirma que em todas as histórias de mitos, fábulas ou lendas existe um herói e que ele não tem de ser um ser humano individual, podendo ser coletivo, ou até nem sequer ser humano. Toda a narrativa acontece em torno desse herói, que vai superando as etapas necessárias até atingir a plenitude.

Em seguida, procedemos à leitura das obras de Fernão Lopes, começando pela que é a fonte principal para desenvolvimento da nossa dissertação, a *Crónica de D. Fernando*, completando-a com a da *Crónica de D. João I*, primeira parte.

A *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, que utilizamos no nosso estudo tem edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi e foi editada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, em 1975. Dela seleccionamos uma pequena parte para análise, depois de efetuada a leitura no seu todo. Esta seleção tem que ver com a intertextualidade explícita que se verifica com o conto “Arras por foro de Espanha” de Alexandre Herculano, uma vez que existem passagens que identificam este texto enquanto fonte; ou seja, em vários momentos verifica-se uma relação direta entre as duas obras.

A *Crónica de D. João I*, primeira parte, que permitiu a continuação da investigação tem edição crítica e notas de Teresa Amado, com a colaboração de Ariadne Nunes, Carlota

Pimenta e Mário Costa, introdução de Cristina Sobral. A fixação do texto tem por base o manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – IANTT. A obra foi editada pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, em novembro de 2017. Também esta obra foi usada por Herculano na redação do seu conto, havendo igualmente referências que lhe são explicitamente feitas.

Para compreender Fernão Lopes, a sua obra e o seu tempo, foram de extrema importância as obras de Teresa Amado: *Fernão Lopes contador de História sobre a Crónica de D. João I e O passado e o presente ler Fernão Lopes*. Entre outros autores, foram fundamentais os estudos de António José Saraiva, com a obra *O crepúsculo na Idade Média em Portugal e Fernão Lopes*, da Coleção Saber, das Publicações Europa América; Luís de Sousa Rebelo autor da publicação *A concepção do poder em Fernão Lopes* e João Gouveia Monteiro com o livro *Fernão Lopes, texto e contexto*, que tem prefácio de José Mattoso.

A versão da obra *Lendas e Narrativas* de Alexandre Herculano, utilizada no nosso estudo, foi editada em 1851, impressa pela Casa de Viúva Bertrand e filhos.

A fim de aprendermos sobre o percurso existencial do escritor, poeta, historiador Alexandre Herculano, foram essenciais as obras: *Herculano o cidadão e o historiador*, organizada por Vitorino Magalhães Godinho – estimado amigo, que Deus o abençoe onde estiver, jamais esquecerei as suas palavras de incentivo, que me têm acompanhado ao longo da minha jornada profissional – e Eurico Gomes Dias; *Herculano o escritor*, organizado por António M. B. Machado Pires e Maria Helena Santana; *A mocidade de Herculano*, de Vitorino Nemésio, que constituiu a tese de doutoramento do seu autor; e muitos outros pedagogos e historiadores referidos na bibliografia, que souberam deixar grafados, com esmero e dedicação, os seus estudos sobre tão nobre personagem da nossa História coletiva.

A reflexão a que procedemos sobre a jornada do herói teve por base as obras de Joseph Campbell, *O herói de mil faces*, e de Otto Rank, *O mito do nascimento do herói. Uma interpretação psicológica dos mitos*, já referidas neste ponto sobre a metodologia adotada. A estas obras somou-se o livro *Assim falava Zaratustra* de Friedrich Nietzsche, no qual se encontram ideias passíveis de estimular a reflexão e a discussão, em articulação com as anteriores.

Com base nos pressupostos que as obras de Joseph Campbell e de Otto Rank fornecem, dedicámos dois capítulos (6 e 7) à análise das personagens com perfil de herói e daquelas

que se distanciam deste padrão, quer na *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes, quer no conto “Arras por foro de Espanha” de Alexandre Herculano.

Não apresentamos aqui os conceitos com que trabalhámos porque nos pareceu funcionalmente mais adequado referi-los em capítulo próprio (cap. 5) e em articulação com a sua aplicação prática, no decorrer do trabalho de análise (cap. 6 e 7).

3. Fernão Lopes, o homem, o cronista e o seu tempo

A sua obra e o que se conhece da sua biografia levam a imaginar, não um espírito revolucionário (como de resto já tem sido repetidamente observado), mas um homem que, sem conceber mudanças essenciais na estrutura social e na hierarquia do poder, aplaudia sobretudo as manifestações de justiça; esta incluía, entre outros cuidados, a protecção dos pequenos pelos grandes e a defesa da independência nacional.

Teresa Amado, *Fernão Lopes, contador de história, sobre a crónica de D. João I*, 1997, p. 26.

Fernão Lopes, o maior cronista medieval português, terá nascido no período entre 1380 e 1390, não havendo certeza quanto ao local onde tal acontecimento se deu. O seu passamento terá ocorrido alguns anos após a batalha da Alfarrobeira¹, travada entre D. Afonso V e D. Pedro, em 20 de maio de 1449, junto à ribeira com esse nome, em Vialonga, perto de Alverca.

Teresa Amado aponta-nos algumas características do seu percurso existencial:

De origem pequeno-burguesa, ao que tudo indica, ganhou, pelas exigências da sua profissão e pelas suas próprias qualidades intelectuais, acesso ao convívio com pessoas e objectos que social e culturalmente estavam muito acima do horizonte que o seu nascimento teria permitido antever.

(Amado, 1997: 24)

Pouco se sabe da sua vida pessoal e familiar, não há certeza sobre a sua habilitação literária, mas o património cultural que nos deixou atesta a sua qualificação para os cargos que lhe foram atribuídos. Como refere Teresa Amado, na sua obra *O passado e o presente, ler Fernão Lopes*, “tenha ou não tido uma formação escolar, atingiu uma alta competência como homem de letras, que incluiu um domínio perfeito na arte da retórica” (2007: 12). Há autores que apontam o início da sua carreira como tabelião. A seu cargo estava a passagem de certidões, contratos, autenticação de documentos, etc. O acesso a esta categoria era feito através de um exame, presidido pelo chanceler do rei. Essa prova não exigia aos candidatos curso universitário, mas o seu nível de conhecimento seria por certo elevado. Não se atribui trabalhos de responsabilidade, que a História confirma como grandiosos, a quem não tem mérito comprovado. Ao cargo de tabelião juntou Fernão Lopes o de escrivão nos tribunais. Esta categoria era alocada a uma determinada área, um concelho, todavia, podia ser alargada a toda a área do país, passando a designar-se por tabelião-geral, categoria privilegiada que

¹ Esta batalha ocorreu “entre as tropas do rei D. Afonso V e as do infante D. Pedro, seu tio”. Foi o culminar de um conflito político iniciado após a morte do rei D. Duarte, em 1438. “Batalha de Alfarrobeira” in *Infopédia* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-06-26 15:21:00]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$batalha-de-alfarrobeira](https://www.infopedia.pt/$batalha-de-alfarrobeira).

permitia ao titular beneficiar de uma receita monetária melhorada, assim como de uma posição ao nível social mais elevada. A nomeação para este cargo estava dependente do rei, como tal, a quem fosse atribuída a função, era considerado agente do Estado.

Fernão Lopes entra na corte como escriba, mas rapidamente ganhou a confiança da família real. Foi nomeado pelo infante D. Fernando² (cujo cognome é o *Santo*) para um cargo de elevada responsabilidade, o de escrivão da puridade. D. Fernando era irmão dos infantes D. Henrique, D. Pedro e D. Duarte, filhos de D. João I, rei de Portugal, e de sua mulher D. Filipa de Lencastre. O infante empregaria também o filho de Fernão Lopes, como seu médico assistente. Infante e médico viriam a morrer em Fez, em 1443, na sequência de terem sido feito reféns após a tentativa de tomada de Tânger, levada a cabo pelo exército português, em 1436.

Em 1434, após subir ao trono, D. Duarte, que ficou para a História como o rei-filósofo ou o *Eloquente*, de elevada cultura e princípios morais dignos, nobilitou Fernão Lopes com o título de ‘vassalo de el-rei’ e atribuiu-lhe uma tença de 14:000 réis anuais para investigar, ordenar e redigir uma crónica geral do reino, que incluísse os reinados de todos os reis de Portugal anteriores a D. João I, este com mais detalhe. D. Duarte considerava o cronista como o único homem habilitado para tal tarefa, pela retidão de carácter, honestidade e eloquência que o caracterizavam. Sobre a tarefa atribuída, escreve Fernão Lopes, no prólogo da *Crónica de D. João I*, I parte: “Grande licença deu a afeiçom a muitos que tiveram carrego d’ordenar estorias, mormente dos senhores em cuja mercê e terra viviam e hu foram nados seus antigos avós, sendo-lhe muitos favoravees no recontamento de seus feitos” (2017: 21). Após a morte de D. Duarte, o infante D. Pedro, seu irmão, na sua qualidade de regente do reino, confirma a Fernão Lopes a tença de 14:000 réis anuais e a sua continuidade como cronista-mor do reino.

De 1418 a 1454, Fernão Lopes exerceu funções de guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo. Ao tempo, este arquivo (geral do Estado) estava instalado numa torre do Castelo de S. Jorge. O guarda-mor zelava pela conservação do material à guarda do arquivo e, a pedido dos interessados, mediante autorização do rei, passava certidões dos documentos arquivados. Em simultâneo, acumulava funções de escrivão de D. João I.

² “A história da sua morte constitui um dos episódios mais conhecidos da História de Portugal do século XV e deu origem a toda uma mitificação popular e de teor nacionalista, destinada a enaltecer a sua figura e a dos seus irmãos e a envolver os respetivos atos e decisões de um certo teor místico.” Paulo Sousa Pinto (2017) – “Os Dias da História - Morte do Infante D. Fernando, o ‘Infante Santo’”, Antena 2, in <https://ensina.rtp.pt/artigo/morte-do-infante-d-fernando-o-infante-santo/> [consultado a 26.06.2020].

Em 1448, antes da batalha da Alfarrobeira, que se daria um ano depois, Fernão Lopes ainda estaria a executar o trabalho que lhe fora atribuído por D. Duarte, todavia, após a batalha, o rei D. Afonso V iria substituí-lo por Gomes Eanes de Zurara. Dizem alguns autores que o conteúdo e a forte linguagem utilizados por Fernão Lopes invalidavam a sua permanência no cargo, por irem contra o pensamento humanista, cuja forma de expressão era menos exaltada.

A carreira profissional de Fernão Lopes terminaria em 1454, mas a sua jornada continuaria. Há registos de que em 1459 disputou com um neto, ao qual não reconhecia, por ser ilegítimo, o direito de dispor dos seus bens materiais.

Tal como vimos, teve a seu cargo a execução das crónicas dos reis do reino português até D. João I, inclusive. Ele próprio o afirma nas crónicas que escreveu. Porém, no começo do século XVI, o cronista Rui de Pina, considerando o estilo e a linguagem utilizados muito antiquados e, na maioria das vezes, intensos, no que concerne à descrição dos factos e ocorrências, vem a reescrevê-las, por forma a que agradassem aos seus contemporâneos humanistas. Sobre este ponto, introduzimos um excerto do prólogo da *Crónica de D. João I*, I parte, muito esclarecedor:

Se outros per ventura em esta cronica buscam fremosura e novidade de palavras e nom a certidom das estorias, desprazer-lhes-á do nosso razoado, muito ligeiro a eles d'ouvir, e nom sem gram trabalho a nós de ordenar. Mas nós nom curando de seu juízo, leixados os compostos e afeitados razoamentos que muito deleitom aqueles que ouvem, ente poemos a simprez verdade que a afremosentada falsidade.

(Lopes, 2017: 22)

Mais tarde, Damião de Góis, cronista oficial da corte de D. João III, acérrimo defensor do trabalho de Fernão Lopes, contestaria a autoria das crónicas que Rui de Pina fizera suas, mas com relativamente pouco sucesso. No entanto, criou uma sombra sobre a obra de Rui de Pina que nunca se desfez.

Sobre a qualidade do trabalho de investigação e criação importa referir que Fernão Lopes “compôs as suas narrativas de acordo com a sua própria inteligibilidade dos acontecimentos, dentro das condições político-culturais e do horizonte epistemológico característico da época em que viveu” (Monteiro, 1988: 86). Com elevado esmero e rigor, o próprio historiador afirma no prólogo já citado, “ó com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros de desvairadas linguagens e terras!” (Lopes, 2017: 22).

O cronista admite a possibilidade de errar, mas nunca de falsear. Para ele é fundamental escrever a verdade, ainda que seja a sua verdade dos factos, que podem ser falsos, mas a mentira não faz parte do seu carácter. A questão da verdade não é de fácil discussão. Vários pensadores, religiosos, filósofos, cientistas, etc. têm procurado esclarecer o sentido real do vocábulo. Platão dizia que a verdade é relativa. De facto, ela tem sempre que ver com o grau evolutivo em que o ser humano se encontra. Na medida em que este enriquece o seu património intelecto-moral a definição ganha novos contornos, a sua noção de verdade vai sendo alargada, aprimorada. A característica principal de qualquer revelação tem de ser a verdade, porém, esta baseia-se em factos e se estes são falseados não são verdadeiros. Falsear a verdade não passava pela mente, nem pela vontade do genial cronista. O papel dos génios é transmitir, ensinar aos seus semelhantes os factos que eles ignoram e ignorariam por largo período se não lhes fosse dado conhecimento. É o conhecimento que traz o progresso, e os que contribuem para ele são missionários, heróis que espalham a luz ao seu redor. O que verdadeiramente “importa é que, para além do documentável, o historiador sabe exprimir a sua verdade, não em termos duma impossível objectividade, mas de uma assumida subjectividade interpretativa e contingente, não aspirando afinal mais do que ser autêntico” (Amado, 1997: 14).

Sobre o percurso existencial de Fernão Lopes, já referimos que foi uma jornada que decorreu num tempo de forte agitação política, social e económica, tempo “de conflito, de contradição e de reordenamento”, “acima de tudo, o precioso momento da ‘charneira’ entre a sociedade feudal e o mundo moderno. Espécie de ‘etapa autónoma’ entre uma medievalidade que se finava e uma modernidade que rompia” (Monteiro, 1988: 24).

O cronista foi testemunha de diversas guerras com Castela, que deixaram o país exausto e minguado de recursos materiais. Na segunda crónica da trilogia, o historiador indica que D. Fernando, nessas refregas, lapidou tesouros e rendas que seu avô e seu pai tinham feito crescer e deixado antes das suas partidas, riquezas que teriam permitido manter a abastança, a paz e a tranquilidade no reino. À má gestão do rei junta-se a falta de coerência e de honra no cumprimento dos diversos compromissos, incluindo os de casamento, que fora contraindo com famílias nobres da Europa, situação que atinge o auge quando se enamora de uma mulher casada, Leonor Teles, e, mercê de um divórcio pouco claro, contrai matrimónio com ela, clandestinamente; fá-la rainha, provocando a revolta popular. Diversos acontecimentos decorridos ao longo do reinado, relacionados com a sua relação amorosa,

viriam a provocar-lhe enorme desgosto e remorso, até à sua morte, à qual se seguiram exéquias pouco conformes ao seu estatuto de soberano.

Após o passamento de D. Fernando o conflito continua, agora liderado por D. Leonor, que defende a posição de D. Beatriz, sua filha, herdeira do reino, tendo como opositor a esta sucessão, primeiro o infante D. João, filho de D. Pedro e de D. Inês e, seguidamente, D. João, Mestre de Avis, filho ilegítimo do rei D. Pedro I com D. Teresa Lourenço, portanto, também meio-irmão de D. Fernando. Importa referir que D. João tinha sido feito prisioneiro, em Évora, devido aos enredos de Leonor Teles, mas mediante os esforços pessoais do conde de Cambridge, que interveio a seu favor, seria libertado. Este conde era tio de D. Filipa de Lencastre, mais tarde esposa de D. João, que viria a ser o 10.º rei de Portugal, o 1.º da 2.ª dinastia.

Os nobres que estavam com a rainha unem-se a Castela e preparam a invasão do reino português, mas em todo ele se levantam armas para sua defesa. Brava e heroica é a resistência à invasão castelhana, brilhantemente relatada pelo historiador na *Crónica de D. João I*, e cujo sucesso é sobretudo devido ao desempenho do herói D. Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável.

Matéria para trabalho não falta a Fernão Lopes, num país mergulhado no desespero e na dor, as crónicas revelam a sua qualidade de “narrador exímio e *objectivo* de peripécias e cenas que pontuam a história, nunca abdica de dar um sentido ao que as personagens fazem. Nunca pretende ser imparcial, nem muito menos neutro, isto é para ele condição de verdade” (Amado: 2007: 49), todavia não podemos esquecer que o cronista estava ao serviço da corte e essa dependência material acarretava grande responsabilidade no que concerne às narrações ‘grafadas’ nas suas crónicas.

As *Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I* revelam o pensamento e o tempo medievais e são fundamentais para os estudiosos que se debruçam sobre questões relacionadas com antagonismos de personalidades ou que pretendam elucidação bastante sobre as revoluções ocorridas naquele período. Mas é na beleza do discurso, no sentido de imparcialidade e de honestidade com que Fernão Lopes expõe os factos, aqueles que presenciou e os outros tantos que investigou, que assenta o mérito da sua narrativa, cuja intensidade dramática prende o leitor do princípio ao fim da história. Como aponta Teresa Amado, Fernão Lopes “escreve com uma arte consumada. Tanto maneja com habilidade o diálogo, o solilóquio e as diferentes modalidades de discurso indirecto, como o vocabulário

e as articulações sintáticas que criam a ironia, o desnivelamento semântico ou a alegoria” (2007: 62).

Nesta história de “reis e senhores”, “reinos”, “fronteiras”, “perdas e ganhos” (Amado, 2007: 49) é notável a descrição pormenorizada dos aspetos psicológicos das personagens principais. Como assinala Rebelo, o cronista “procura iluminar também os recessos da alma e o carácter das suas personagens, incitando discretamente o leitor a reflectir sobre a complexidade de certas atitudes e certos modos de comportamento” (1983: 126).

Não fica aquém a descrição dos lugares, com destaque para a capital do reino, Lisboa, as invasões e as destruições não a quebraram, em vez disso, a tornaram mais forte; as interações entre os diversos protagonistas; a corte, os interesses mesquinhos de alguns e a lealdade de outros, atos de uma peça real, uma história que é a nossa História.

Rigor, precisão, integridade e simplicidade caracterizam o autor e a sua obra. Alexandre Herculano menciona, na página 9, do volume V, dos *Opusculos*, que nas crónicas de Fernão Lopes “há poesia e drama: há a idade media com a sua fé, seu entusiasmo, seu amor de gloria”. Este pensamento é reforçado por João Gouveia Monteiro que afirma: “Fernão Lopes é um escritor um pouco especial; trata-se de um *historiador* e ainda por cima, como é sabido, excepcionalmente habilitado para apreciar com pormenor todos os contornos das intrigas que serviram de trama à sua narração” (1988: 15).

As intrigas que nascem e se desenvolvem nos cenários palacianos, reflexo das relações entre as personagens que se enleiam nas conceções mesquinhãs do orgulhoso ‘Eu’ são magistralmente apresentadas. Teresa Amado declara que devemos “encarar as crónicas como um documento, mas um documento inteligente e sensível no seu modo de representar a realidade” (2007: 21). Essa realidade que prende o leitor minuto a minuto, seguindo passo a passo os percursos dos heróis e dos anti-heróis, o contributo de uns e de outros para o enriquecimento da história e da cultura portuguesas e, não menos importante, para o engrandecimento do património intelectual do leitor, por lhe permitir reforçar a sua capacidade de análise crítica e conseqüente reflexão.

Na *Crónica de D. Fernando* assistimos ao desenrolar do drama romântico entre o rei e D. Leonor Teles, história de amor conturbada, que gerou conflitos, lutas, sofrimento e mortes. Neste palco da vida, as personagens são “de extrema finura psicológica, como é sobretudo o caso dessa extraordinária Leonor Teles”, como afirma João Gouveia Monteiro “protótipo de beleza e de perfídia”, mas nesta história não há só enredos, despotismo,

“maldade, há também o humor e a paródia, espalhados com ligeireza um pouco por toda a narrativa” (1988: 17). É um espetáculo deslumbrante o que esta história de amores e desamores, oposições e sacrifícios, vida e morte proporciona, cujos ensinamentos revelar-se-ão de modo próprio a cada leitor. Rebelo facultá-nos o seu ponto de vista sobre a forma como Fernão Lopes intervém no seu texto, por forma a despertar no leitor a reflexão e análise:

O cronista dá ao leitor suficiente margem na sua narrativa para que este possa prosseguir uma indagação por conta própria sobre os motivos, as inibições e debilidades da humana condição que impedem ou frustram as intenções das personagens. Deste modo certos dados são-nos fornecidos de um modo casual e como que espontâneo, como se o próprio narrador se desse conta de que a ausência de significado dos incidentes ou episódios narrados não pudesse ser senão aparente e dependesse de uma decifração posterior, intencionalmente adiada.

(1983: 124)

A *Crónica de D. Fernando* mostra-nos um rei apaixonado por uma mulher casada, e como todos os seres humanos que se encantam pelos atributos físicos de outrem, cede aos estímulos que se sobrepõem à razão, toldando-a, e avança por caminhos duvidosos que, ainda que perante a opinião pública não fosse o mais conforme à moral, à ética e à norma jurídica contemporâneas, era o caminho que lhe parecia mais assertivo para atingir a felicidade sonhada. Felicidade efémera, é certo, porque baseada em falsas convicções, que mais tarde se converteriam em tristeza e mágoa. Ao cair do pano as personagens principais terão perante si o sucesso ou insucesso do seu pensar e do seu agir. Remorso ou satisfação, arrependimento ou confiança, prazer ou tristeza? Sem julgamentos precipitados, cada ser pensa e age conforme o seu grau evolutivo; a sementeira é livre, obrigatória a colheita.

Neste excerto, que faz parte do “Prólogo” da *Crónica de D. Fernando*, Fernão Lopes descreve o carácter e o aspeto físico do rei:

Rreinou ho iffante dom Fernando, primogenito filho d’el-rrei dom Pedro, depois de sua morte, avendo entom de sua hidade viinte e dous anos e sete meses e dezoito dias: mancebo vallente, ledto e namorado, amador de molheres e achegador a ellas. Avia bem composto corpo e de rrazoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso, tall que estando acerca de muitos homões, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por rrei dos outros. Foi gram criador de fidalgos e muito companheiro com eles; e era tam amavioso de todollos que com elle viviam que nom chorava menos por hũu seu escudeiro quando morria como sse fosse seu filho. De nẽhũu a que bem quisesse podia creer mal que lhe d’elle fosse dito, mas amava el e todas suas cousas muito de vontade. Era cavallgante e torneador, grande justador e lançador a tavollado; era muito braceiro, que nom achava homem que o mais fosse; cortava muito com hũua espada e rremessava bem a cavallo. Amava justiça, e era prestador e graado, muito liberall a todos, e grande agasalhador dos estrangeiros. Fez muitas doaçoões de terras aos fidalgos de seu rreino, tantas e muitas mais que nẽhũu rrei que ant’elle fosse. Amou muito seu poboo e trabalhava de o bem rreger; e todallas cousas que por seu serviço e defenson do rreino mandava fazer, todas eram fundadas em boa rrazom e muito justamente hordenadas. Desfalleceo esto quando começou a

guerra, e naceo outro mundo novo muito contrairo ao primeiro, passados os folgados anos do tempo que rreinou seu padre; e veheron depois dobradas tristezas com que muitos chorarom suas desaventuradas mizquindades.

(Lopes, 1975: 3-4)

Com tratado celebrado com D. Henrique de Castela, que lhe concedia a filha em matrimónio, vem a conhecer D. Leonor Teles, mulher de João Lourenço da Cunha, cujo encanto e beleza o deixam fascinado:

Estando el-rrei dom Fernando em Lixboa, aconteceu de vïir a sua corte da terra da Beira onde entom estava, dona Lionor Tellez molher de Joham Lourenço da Cunha, como ja dissemos, por espaçar algũus dias com dona Maria sua irmãa, que andava em casa da iffante e sua morador. El-rrei dom Fernando, como era muito costumado de hir veer a meude a iffanta sua irmãa, quando vio dona Lionor em sua casa, louçãa e aposta e de boom corpo, pero que a d'ante ouvesse bem conhecida, por entom mui aficadamente esguardou suas fremosas feiçoões e graça; entanto que leixada toda bem-querença e contentamento que d'outra molher poderia aver, d'esta se começou de namorar maravilhosamente.

(Lopes, 1975: 198-199)

As manifestações amorosas entre ambos não tardam e as preocupações de alguns intervenientes também não. D. Maria, mulher honesta e rigorosa, inquieta-se e antevendo sofrimento para a irmã, fala com o rei sobre o seu comportamento, que em segredo lhe responde:

Que sua voontade era de a aver ante por molher que quantas filhas de rreis no mundo avia. Dona Maria era sesuda e corda, e foi mui torvada quando lhe esto ouvio dizer, veendo que per tall aazo el-rrei quiria desencaminhar seu casamento que feito tiinha com a iffante de Castella, moormente seendo sua irmãa casada e molher de tam boom fidalgo como era, e seer seu vassallo, e começou de lh'o contradizer assaz muito. El-rrei respondia a todos seus ditos, e em rrazom do casamento d'ella disse que ell aazaria como ella fosse quite de seu marido; e ella disse que posto que descasada fosse, que nom cuidasse elle que ella avia de seer sua barregãa: e el-rrei, preso do amor d'ella, jurou a donna Maria que ante que dormisse com ella depois do quitamento, que ante a recebesse por molher.

(Lopes, 1975: 199-200)

A paixão doentia do rei avança, nenhum bom conselho aceita. O marido de Leonor foge para Castela, pois receia pela própria vida; D. Fernando faz saber a D. Henrique que não pode casar com a sua filha, por ter casado com uma dama de Portugal, todavia quer manter a amizade que os une e manda entregar-lhe os lugares prometidos no tratado de matrimónio. O rei castelhano cansado das guerras que arruinaram os países e aniquilaram inúmeras vidas, sem um objetivo claro e essencial, aceita a anulação do tratado. Novo tratado entre as partes envolvidas é assinado, a paz dos povos e a amizade dos reis mantêm-se. O rei português está agora livre para casar com a eleita do seu coração. O casamento de Leonor

com João Lourenço da Cunha é anulado; o povo tem conhecimento do romance e teme um enlace pouco digno para o rei com consequências desastrosas para o país:

Da bem-querença e amores que el-rrei dom Fernando tomou em Lixboa com dona Lionor Tellez, como já dissemos, foi loguo fama per todo o rreino, afirmando que era sua molher, com que ja dormira, e que a tiinha rrecebida a furto; e desprougue muito a todollos da terra da maneira que el-rrei em esto teve, e nom soamente aos grandes e fidallos que amavom seu serviço e honrra, mas ainda ao comũu poboo que d'isto teve gram sentimento. E nom prestou rrazoões que lhe sobr'esto fallassem os do seu consselho, dizendo que nom era bem casar com tall molher como aquella, seendo molher de seu vassallo, e leixar taaes casamentos de iffantes filhas de rreis como achava, assi como d'el-rrei d'Aragom e d'el-rrei de Castella, com tanto sua honrra e acrecentamento do rreino.

(Lopes, 1975: 209)

Estavam delineados os destinos daqueles homens e mulheres no mundo terrestre, as jornadas pessoais iriam unir-se, sobrepor-se ou afastar-se. Todos seres humanos em experiências variadas, cuja finalidade era o cumprimento da missão ou da expiação que a cada um cabia. Na nossa opinião, embora tenha infelicitado o seu reino e o seu povo com guerras, conflitos e suas consequências, D. Fernando não foi indiferente à tragédia de Inês de Castro e assimilou as dores e tormentos de seu pai desejando para si um final mais feliz, todavia ainda não era o momento do encontro de almas afins, que se comprazem no bem fazer, na similitude da retidão de caráter, na partilha dos valores que enobrecem e felicitam. Veremos como os pensamentos e atos de uns e de outros os aproximam ou afastam do arquétipo do herói.

4. Alexandre Herculano, os desafios de um homem do século XIX

Alexandre Herculano, mestre-cidadão, eis como podemos designar a figura austera de quem quis ser apenas conhecido pelo seu nome próprio, como referência ao seu próprio ser. Fundador da moderna historiografia portuguesa, foi também criador do novo imaginário do Portugal moderno, em nome do «espírito do povo» que as Lendas e Narrativas procuraram encarnar e desenvolver. Ao pensar em Portugal, valorizou essencialmente a vontade, como se dissesse «somos, porque queremos».

Guilherme de Oliveira Martins, *200 anos do nascimento de Alexandre Herculano, mestre-cidadão*, 2010, p. 15.

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo nasceu em Lisboa, a 28 de março de 1810, cresceu na rua de S. Bento, no Pátio do Gil, que hoje já não existe, e faleceu a 18 de setembro de 1877, na Quinta do Vale de Lobos, Santarém. Filho de Theodoro Cândido de Araújo, cuja profissão era recebedor da Junta dos Juros, e de Maria do Carmo de S. Boaventura. Casou com D. Mariana Meira, a 1 de maio de 1867, após uma relação amorosa que durou 31 anos. Herculano reconhecia no caráter da companheira as mais belas qualidades morais, como a generosidade, a lealdade, a fidelidade, a abnegação. Mariana soubera partilhar o homem que amava com a rival mais exigente: a escrita.

A infância de Herculano decorre sem sobressaltos, é educado e instruído na Congregação de São Filipe de Neri, onde consta ter entrado por volta dos dez anos de idade, e aí aprende latim, filosofia, lógica, humanidades e francês, que dominará como se fosse a língua materna³. Por razões económicas não pode frequentar a universidade⁴, pois o pai cegara, tendo deixado de poder continuar a exercer a sua profissão, situação que traz à família acréscimo de lutas e dificuldades. Porém, o impedimento que se instala não obsta a que continue o trabalho de aperfeiçoamento intelectual. É pelos próprios meios que aprende as línguas francesa e inglesa. Em 1830, matricula-se na Aula do Comércio e frequenta em simultâneo o Curso de Diplomática, ministrado na Torre do Tombo. Nos encontros literários que a marquesa de Alorna⁵ promove, lê os românticos estrangeiros, toma contacto com a literatura alemã e aprende a língua.

³ “A criança ganhou uma certa experiência de rua, misturou-se aos garotos dos vizinhos, deixou as faixas da inocência.” Vitorino Nemésio (1978) – *A mocidade de Herculano (1810-1832)*, Amadora, Livraria Bertrand, p. 103.

⁴ “O obstáculo, portanto, surgiu em 1827, ou mesmo algo depois, uma vez que os reflexos da reforma do pai na economia doméstica podiam fazer-se sentir com relativo atraso sobre a data da cegueira.” *Idem, ibidem*, p. 206.

⁵ “Herculano publicou n’*O Panorama* um artigo intitulado «D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna». Aí preludia, que além do amor aos pais há outro «não menos puro», «uma espécie de amor filial para com aqueles que nos revelaram os tesouros da ciência; que nos regeneraram pelo baptismo das letras; que nos disseram: «caminha!» e nos apontaram a senda do estudo da ilustração.” *Idem, ibidem*, p. 297.

Ao nível social e político, os liberais levantam-se contra o regime absolutista opressor, empunhando a bandeira das ideias revolucionárias. A 31 de agosto de 1831 o regimento de infantaria 4 revolta-se e o jovem Herculano vê-se envolvido na revolta, que não tem sucesso. Para fugir às investidas e perseguições⁶ levadas a cabo pelos miguelistas, Herculano refugia-se em casa do capelão da colónia alemã e tenta pôr-se a salvo, escondendo-se na fragata francesa *Melpomene*, que estava atracada no rio Tejo. Passa para um paquete inglês, que o levará a Inglaterra. Quando o paquete aporta em Granville, dirige-se para Rennes, na Bretanha, onde vai encontrar muitos refugiados políticos. Será na biblioteca desta cidade que passará os seus dias, aumentado o seu património intelectual, estudando e lendo Chateaubriand, que exerceu grande influência na literatura romântica europeia; Lamennais, que advogava o catolicismo como fonte de regeneração social; Walter Scott e Victor Hugo criadores do romance histórico na Inglaterra e na França, respetivamente, e Klopstock, poeta alemão muito admirado ao tempo.

Em 1832, Herculano embarca para Belle Isle com os camaradas da aventura política. É acolhido na ilha Terceira, nos Açores, a 26 de março de 1832, e assenta praça ao serviço da rainha como voluntário. Regressa ao continente; desembarca no Mindelo a 8 de julho desse ano, e continua a luta pelos ideais de liberdade e de justiça. É dispensado do serviço militar a 22 de fevereiro de 1833 e inicia funções de auxiliar de bibliotecário do paço episcopal. A 17 de julho do mesmo ano é nomeado, pelo rei, segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, profissão que mantém até 17 de setembro de 1836, quando pede a exoneração do cargo por não querer pactuar com o partido setembrista, que tinha triunfado e iria substituir a Carta Constitucional pela Constituição de 1838, cuja base era a Constituição de 1822.

Em 1837, a Sociedade Promotora de Conhecimentos Úteis⁷ atribui-lhe o cargo de direção do jornal literário *O Panorama*⁸. O escritor está ainda associado à fundação de dois

⁶ “Os enforcamentos, confiscações e perseguições eram o «pão nosso de cada dia». Durante sete anos o povo português sofreu o *terror miguelino*...” Carlos Portugal Ribeiro (1933) – *Alexandre Herculano, a sua vida e a sua obra (1810-1877)*, Lisboa, Tip. Da Empresa Nacional de Publicidade, p. 165.

⁷ “A *Sociedade Promotora de Conhecimentos Úteis* julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-o ao estado de atraso em que ainda nos achamos. Sinceramente confessamos a nossa decadência intelectual.” *Idem, ibidem*, p. 178.

⁸ “No primeiro número do *Panorama* leem-se estas palavras, cheias de verdade: «A nação portuguesa cumpre confessal-o, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade. O nosso povo ignora imensas cousas que muito lhe importava conhecer, e esta falta de instrução sente-se até nas classes que pela sua posição social deviam ser ilustradas.” *Idem, ibidem*, p. 177.

dos jornais mais relevantes ao tempo, *O País* e *O Português*. Em 1839, o rei-consorte D. Fernando nomeia-o diretor das bibliotecas reais da Ajuda e das Necessidades, função que lhe permite viver com dignidade e que irá prolongar-se até 1867, quando se retira para Vale de Lobos.

Sempre empenhado na reforma do país, em 1840 é nomeado deputado, pelo círculo eleitoral do Porto, à Câmara dos Deputados. Nesta Câmara, em 6 de julho de 1840, afirma no seu discurso: “eu, homem obscuro, que não posso associar o meu nome a antigas recordações, porque nasci entre essas turbas plebeias, que passam desprezadas na terra; que eu, pobre Pariah responda por elles!” (Herculano *apud* Godinho, 2010: 12). Desiludido com o mundo da política, coloca um ponto final na sua carreira parlamentar. Ficaria conhecido como ‘o deputado da sebenta’, designação inspirada num aparte de José Estêvão de Magalhães. O deputado Feio Terenas conta esse episódio da vida parlamentar: “Um dia levantou-se Alexandre Herculano, nesta Câmara, para falar e não se sentiu bem. Pegou num papel para ler e não se sentiu melhor. Nessa altura acode o grande tribuno José Estevam e diz-lhe: – Largue a sebenta, e verá que lhe passa a perturbação” (DCD, 1908: 18). Herculano preferia o uso da pena à discussão verbal. Esta característica é transmitida pelos guias das visitas à Assembleia da República, quando os cidadãos observam o painel pintado por Columbano Bordalo Pinheiro, exposto na Sala dos Passos Perdidos, que retrata personalidades históricas e onde Alexandre Herculano surge entre Almeida Garrett e José Estêvão de Magalhães. À frente deste trio está Passos Manuel.

Herculano é nomeado sócio da Academia Real das Ciências, em 1844, tornar-se-ia sócio efetivo a 14 de junho de 1855. Porém, cada vez mais desiludido com a vida em sociedade, abandona a academia e vai refugiar-se na quinta do Calhariz, em Sesimbra, que pertencia aos duques de Palmela. A *aurea mediocritas* não adormece a sua vocação para a escrita, muito pelo contrário, e em 1857 retoma o seu trabalho de investigação histórica. Afastar-se-á definitivamente das gentes que lhes tinham acompanhado a jornada para se dedicar à agricultura, sem nunca abandonar a arte das letras. A Quinta do Vale de Lobos é a nova morada; planta oliveiras, fabrica azeite, torna-se um verdadeiro homem do campo, até à sua partida para o mundo espiritual a 13 de setembro de 1877. É sepultado em Azóia, no jazigo do general Gorjão. A 27 de junho de 1888, os seus restos mortais são trasladados para o Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

Cartista por convicção, repudiou a Revolução de Setembro e as tendências dos reformistas da Carta Constitucional⁹, pela qual tanto lutara, “quando falamos de cidadania e de liberdade, Alexandre Herculano surge como exemplo obrigatório, já que desde muito cedo procurou ligar as suas opções individuais à causa da pátria” (Martins, 2010: 8).

Em 1873 escreve a Advertência prévia para os *Opúsculos*, marcos fundamentais na cultura portuguesa. Os textos que compõem os volumes desta obra, que tinham sido anteriormente publicados ao longo do tempo em jornais, revistas e folhetos, dão a conhecer a obra do historiador e os conflitos políticos e sociais ocorridos na sua época.

Herculano é, sobretudo, um intelectual. Além de novelista e poeta, foi considerado o primeiro historiador português da idade moderna. Nesta condição, dedicou-se ao estudo da origem de Portugal, dos problemas político-sociais da Idade Média.

Para Herculano, a História tem uma finalidade prática. Na construção das instituições e modos de ser da sociedade, a que cada época se consagra, uma preocupação deve conduzi-la: inspirar-se nas formas que no passado revestiu, a fim de ficarem adaptadas à índole do povo e da nação. No caso português, importa ressuscitar os tempos medievais, porque neles é que encontraremos o modelo mais adequado à acção presente. Uma exigência fundamental: não se trata de narrativas de reinados, de seguir a acção de umas tantas personagens, de vermos o desenrolar de batalhas, mas sim de apreender as transformações sociais.

(Godinho, 2010: 82)

Herculano era excelente conhecedor da língua portuguesa, manejava-a de forma erudita, solene, com lógica, o seu saber vencia qualquer que fosse o opositor, todavia tinha um coração generoso, compassivo, nobre no pensar e no agir, pois perdoava os que o ofendiam, quando o debate se intensificava. Dizem que perdoou ao indivíduo que lhe deu uma navalhada¹⁰ no rosto, e que lhe fizera uma cicatriz que lhe acentuaria o semblante austero, mas pleno de dignidade e nobreza.

Alexandre Herculano foi um homem de causas, “a cada passo, notamos a presença do cidadão empenhado na reforma do país. A sua historiografia é influenciada, aliás, por

⁹ “A fé que prestei guardar á Carta Constitucional da monarchia sellei-a com as miserias do desterro e com os padecimentos e riscos de soldado que passei na emancipação da pátria... Porto, 17 de setembro de 1836 – *Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo.*” *Idem, ibidem*, p. 161.

¹⁰ “No domingo de tarde Bezerra [Alexandre Herculano] saiu de casa (indo por sinal vestido de casaca azul com botões amarelos e calça branca, e levando na mão um bem alentado *cacete*), dirigiu-se à feira, e aí se agregou à matula dos seus amigos e correligionários. Andava esta de reixa velha com outro grupo de quatro ou cinco rapazes constitucionais. Trocaram-se entre os dois grupos alguns dichotes e ameaças de parte a parte, porém não foram por então às do Cabo. Chegada porém a noite, e quando já os passeantes se iam retirando, os do grupo liberal conseguiram não sei como atrair o Bezerra para um canto da praça, fora do trânsito da multidão, e aí um deles lhe deu no rosto uma navalhada, que passando entre a face e a boca o teve de cama por muitos dias, e não sei se em perigo de vida, deixando-lhe por fim a cicatriz que ainda agora conserva.” Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano...*, p. 230-231.

preocupações do presente” (Martins, 2010: 5). Preocupações estas que, em 1838, o levam a manifestar-se contra a pena de morte. Guilherme de Oliveira Martins refere que “a sua coerência intelectual levou-o a romper com a mentalidade dominante no seu tempo e com os interesses instalados” (2010: 8), e é contra esses interesses instalados, que só servem a alguns, que o escritor lutou pela instrução do género feminino e pela criação de escolas politécnicas, onde os jovens pudessem aprender um ofício.

Em 1842, publicou os *Egressos, petição humilíssima a favor de uma classe desgraçada* – um manifesto contra a extinção dos conventos, que se dera em 1834, tendo causado fome e miséria a muitos cidadãos. Em 1851, publicou no jornal *O País*, que fundara com o marquês de Niza, críticas violentas ao governo absolutista; a favor da proteção do povo míngua de recursos económicos, perseguido, faminto; contra a nobreza devassa; contra os tribunais, nos quais eram praticadas terríveis injustiças; contra as congregações religiosas onde a hipocrisia e os vícios eram flagrantes; contra todas as perseguições aos que se insurgissem contra todo o tipo de tirania e tivessem a coragem de lutar para pôr fim à reduzida moralidade social. Em contrapartida, respeitava os homens justos, ilustres e nobres de carácter que, sabia, havia no meio daqueles outros. Em 1865, defendia o casamento civil: foi devido à sua intervenção assertiva que a norma foi introduzida no código civil português.

No que concerne ao aspeto religioso de Herculano, era cristão¹¹, não o cristão das genuflexões e dos rituais, mas aquele que aprende os preceitos no Evangelho e os vivencia. Vejamos a descrição que o próprio anotou em *Cenas de um ano da minha vida*, 2.º caderno, 1832:

«Prosélito ardente do Evangelho, onde bebera os primeiros conselhos de liberdade, um homem a quem nunca a viciosa vergonha da nossa frívola idade fizera calar a voz da consciência, a confissão do cristianismo. Desse cristianismo que nada mais recebe do que os preceitos do Crucificado – que, desprezando as superstições do 18.º século, ensina o que ensinaram os Apóstolos». Nessa apologia estão todos os tópicos da fé de Herculano: é o cristianismo (repare-se que não diz o catolicismo), bebido nos Evangelhos, tais como os ensinaram os Apóstolos, e nos Evangelhos é que se fundamenta a liberdade.

(Herculano *apud* Godinho, 2010: 15)

Todo aquele que aceita e vivencia os preceitos do Evangelho, como fez Herculano, procede com a firmeza inabalável que só a fé raciocinada transmite e é livre, ainda que esteja acorrentado fisicamente. Todo o ser humano, mais cedo ou mais tarde, tende a procurar a

¹¹ “Adorava o Christo dos humildes e dos pequenos, não o Christo dos grandes que do Nazareno fazem um objecto de gala e luxo, sem que lhe compreendam ou pratiquem o mais insignificante dos seus preceitos.” Agostinho Fortes (1910) – *Alexandre Herculano*, Lisboa, Empresa da Biblioteca d’Educação Nacional, p. 147.

sua essência, o infinito, a sua condição de ser imortal. Herculano encontrou-as em si, aumentou o seu saber, fez crescer a sua moralidade. O crescimento moral é um processo demorado. Para que aconteça, o indivíduo tem de conhecer os princípios, aplicá-los na sua conduta diária, uma luta heroica, que ocorre no íntimo de cada ser. A natureza não dá saltos, colhe-se uma plantinha aqui, outra acolá, e o património moral consolida-se, levando ao progresso espiritual. Herculano não se satisfaz com o seu progresso individual, considera necessário que os outros progridam com ele. Dá exemplos de correção, de ética, de virtude, pois que a virtude consiste no sacrifício do interesse pessoal a favor do próximo, sem esperar nada em troca. A virtude mais meritória é a que se fundamenta na caridade moral, que é a mais desinteressada, é essa que Herculano pratica, sem nenhum esforço, pois os seus atos não são premeditados, acontecem espontaneamente porque para ele são um hábito. Além disso, ele sabe também que os seus talentos foram concedidos por Deus e a ele tem de dar conta. Vejamos o que Herculano diz n' *A Voz do Profeta*, “O Espírito de Deus passou pelo meu espírito, e me disse; vai, e faze ressoar nos ouvidos das turbas palavras de terror e de verdade. E eu obedecerei ao meu Deus no meio de punhaes de assassinos” (Herculano *apud* Correia, 2016: 6). Uma frase simples, mas com um conteúdo enorme, magnífico. A mais bela forma de adorar a Deus, no altar do coração.

A nobreza do seu carácter manifesta-se na fraternidade, na amizade que o une a vários companheiros de jornada, como por exemplo Almeida Garrett¹². Apesar da diferença de idades, foram amigos leais: lealdade e fraternidade que as almas afins sabem manifestar com toda a plenitude. Para o fortalecimento dessa união fraternal contribuiu a similitude no pensar e no agir e o exílio a que foram forçados, aquando da perseguição pelos miguelistas. O exílio político não lhes trouxe somente desventuras, trouxe cumplicidade, e, sobretudo, imenso conhecimento através da absorção da realidade cultural e social de outros países europeus. Foi a frescura de ideias e de ideais, de possibilidades novas de progresso individual e coletivo que ambos partilharam, no seu regresso, com os que tinham deixado na pátria-mãe.

Herculano e Almeida Garrett foram os introdutores do romantismo em Portugal. A respeito deste movimento intelectual, que marcaria sobretudo a literatura e que iria modernizar a forma de olhar e pensar da sociedade portuguesa do século XIX, muito

¹² “Herculano e Garrett foram sempre amicíssimos, apreciando-se mutuamente. Porém os seus caracteres eram absolutamente diferentes.” Carlos Portugal Ribeiro, *Alexandre Herculano...*, p. 206.

arreigada ao formato greco-latino, Herculano afirma na “Advertência”, inserida na obra *Lendas e Narrativas*, editada em 1851:

Taes foram, entre outros, os mais importantes resultados da introdução do genero. No meio deste amplo desenvolvimento de uma literatura nova no paiz, o auctor das seguintes paginas merecerá talvez desculpa de recordar que estes ensaios, inferiores ás publicações que se lhe seguiram, foram a sementinha d’onde proveio a floresta.

(IX, X)

O romantismo nasce na Alemanha, no final do século XVIII, desenvolve-se na Inglaterra e atinge a França nos anos 30 do século XIX. Em Portugal surge no século XIX, com a publicação da obra de Herculano *A Voz do Profeta*¹³, em 1836, e a revista o *Panorama*, em 1837. Este movimento despertava para a causa da liberdade e emancipação dos povos, e, sobretudo, para o sentimento de união nacional.

Jacinto Prado Coelho diz-nos que “dentro do romantismo e de acordo com o seu temperamento, Herculano adoptou uma concepção do dever do poeta que o levou a excluir temas e a privilegiar outros. Nenhuma concessão, por exemplo, à sensualidade” (1978: 10), ou às «afeições materiais» ilusórias, que perturbam e levam o indivíduo a más decisões pessoais, que na maior parte das vezes têm reflexos no todo social.

O romantismo de Herculano privilegia o romance histórico como forma de educar e renovar no espírito dos portugueses o amor à nação e a despertar os sentimentos que engrandecem e moralizam. Esta nova forma literária está patente em obras como, por exemplo, *O Monge de Cister*¹⁴, no qual o historiador descreve a gloriosa época de D. João I, ou *Eurico, o presbítero*¹⁵, no qual demonstra que as paixões da alma humana não morrem, mesmo que o homem se refugie na religião. Herculano “confessa as ambições que o animam: «a glória literária», «o amor da independência», o «orgulho de proceder honesto»” (Coelho, 1978: 10). Para Herculano, as profissões de escritor, poeta, historiador têm de ser funções pedagógicas que orientem e guiem o leitor, estimulando-o ao bem pensar, ao bem fazer.

¹³ “Era anónimo. O seu estilo incomparável, os períodos sonoros e vibrantes, em breve denunciavam o autor.” *Idem, ibidem*, p. 170.

¹⁴ A ação passa-se “na epocha de D. João I, nessa epocha de extraordinaria vitalidade nacional, tem quasi, no dizer de Herculano, a mesma origem de Eurico, o estudo da psychologia d’aquelles que a dôr e a desesperança arrancaram ao mundo para irem, no isolamento da vida monástica, procurar o esquecimento e a paz.” Agostinho Fortes, *Alexandre Herculano...*, p. 200.

¹⁵ “Ha no *Eurico* paginas imorredouras de poesia. Um sopro de genio e de generoso sentimento as anima; ha ahi arte; ha sentimento, ha coração.” *Idem, ibidem*, p. 191.

Lendas e Narrativas, através da ficção e da narrativa, tenta reconstruir o imaginário coletivo do povo português mais remoto, transmitir regras de boa conduta, através do romance histórico, inovação da novíssima corrente literária, o romantismo:

Os pequenos romances e narrativas contidos neste volume foram impressos, em ephocas mais ou menos remotas, nas duas publicações periodicas o *Panorama* e a *Illustração* bem como o foram nestes ou em outros jornaes os que tem de formar o segundo volume das *Lendas e Narrativas*; collecção que, se trabalhos mais arduos o consentirem, será continuada com alguns outros apenas esboçados ou ineditos no todo ou em parte, que ainda restam entre os manuscriptos do autor, corrigindo-os e publicando-os de novo, para se ajunctarem a composições mais extensas e menos imperfeitas, que já viram a luz publicada em volumes separados elle quis apenas preservar do esquecimento, a que por via da regra são condemnados mais cedo ou mais tarde os escriptos inseridos nas columnas das publicações periodicas, as primeiras tentativas do romance historico que se fizeram na lingua portugueza. Monumentos dos esforços do auctor para introduzir na literatura nacional um genero amplamente cultivado, nestes nossos tempos, em todos os paizes da Europa.

(Herculano, 1851: V-VI)

O conto “Arras por foro de Espanha”, que faz parte da obra anteriormente referida, tem como base a narrativa histórica de Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, no que concerne aos acontecimentos que, nos anos de 1371-1372, ocorreram com o casamento de D. Fernando com Leonor Teles. Tratou-se de uma relação amorosa pouco comum, que despoletou uma crise social e política, na qual algumas personalidades se destacaram pela coragem de levantar a voz contra um soberano, sendo uma delas Fernão Vasques, que, entre outros, seria perseguido, vindo a ser vítima da vingança de Leonor Teles, já rainha.

Sobre o conto em si, e porque se trata da ‘veracidade histórica’, diz Herculano que “todos os costumes e objectos que descrevemos são exactos e da epocha, porque para taes descripções nos fundâmos sempre em documentos ou monumentos” (1851: 115). De facto, os Capítulos LVII, LX a LXIV, da *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes, são a base do conto de Herculano. Muitas vezes o autor transcreve *ipsis verbis* o texto do cronista. É o caso da página 109 do conto, na qual o autor reproduz uma parte do capítulo 61 da crónica. Noutras partes, as notas remetem para as crónicas, sobretudo a de D. Fernando e de D. João I, 1.ª parte (p. 38 referente ao cap. 44) e 2.ª parte (p. 157, referente ao cap. 96 e p. 160, veja-se o cap. 96); no conto, a nota da p. 140 aponta como fonte a Chr. de D. Fernando, cap. 61; a nota da p. 170 inclui texto da *Crónica de D. Fernando*, cap. 62; a nota da p. 185 transcreve uma passagem do cap. 75 desta crónica, assim como a nota da p. 187, que remete para o cap. 126 e a nota da p. 188 que se refere ao cap. 72. Na construção do seu texto, Herculano cita outras fontes. Tal acontece, por exemplo, na p. 38, que indica a Chancell. de D. Diniz L. 3.º

das Doações fol. 42 v.; ou também na p. 93, onde indica as fontes Mem. para as Inquir. Doc. 2.º e Chanc. de D. João I, L. 2.º

Atitudes e sentimentos de governantes e governados são estudados e analisados por Herculano que os movimentava no plano ficcional, revelando suas histórias de amor e desencanto, ilusão e traição, honra e vingança, sem as descaracterizar, nem lhe alterar o protagonismo, mas vistas pelo seu olhar crítico de historiador que, tentando demonstrar sempre isenção e transparência, não deixa de ser subjetivo. De qualquer maneira, o seu conto fornece-nos importantes noções de ética, de honestidade, de solidariedade e justiça e os seus contrários. O saber do historiador torna-se instrumento de aprendizado para todos os que o seguem e o leem.

O excerto que a seguir se reproduz, permite-nos mostrar um pouco do conteúdo da obra e dar a conhecer o arrebatamento passional que Herculano atribui ao 9.º rei de Portugal. Está inserido no primeiro capítulo do conto e encoraja à reflexão sobre os estímulos que conduzem a maus procedimentos:

O amor cego d'elrei D. Fernando pela mulher de João Lourenço da Cunha, D. Leonor Telles, havia muito que era o pasto saboroso da maledicencia do povo, dos calculos dos politicos e dos enredos dos fidalgos. Ligada por parentesco com muitos dos principaes cavalleiros de Portugal, D. Leonor, ambiciosa, dissimulada e corrompida, tinha empregado todas as artes do seu engenho prompto e agudo em formar entre a nobreza uma parcialidade que lhe fosse favoravel. Quanto a elrei, a paixão violenta em que este ardía lhe assegurava a ella o completo dominio do seu coração. Mas as miras daquella mulher, cuja alma era um abysmo de cubiça, de desenfreamento, de altivez e de ousadia, batiam mais alto do que na triste vangloria de vêr a seus pés um rei bom, generoso e gentil. Através do amor de D. Fernando ella só enxergava o refulgir da corôa, e o homem sumia-se nesse esplendor. O nome de rainha misturava-se em seus sonhos; era o significado de todas as suas palavras de ternura, o resumo de todas as suas caricias, a idéa primitiva de todas as suas idéas. Leonor Telles não amava elrei, como o provou o tempo; mas D. Fernando cria no amor della; e este principe, que seria um dos melhores monarchas portuguezes, e que a muitos respeitos o foi, deixou na historia, quasi sempre superficial, um nome deshonorado, por ter escripto esse nome na horrivel chronica da Lucrecia Borgia do seculo decimo-quarto. Uma dificuldade, quasi insuperavel para outra que não fosse D. Leonor, se interpunha entre ella e seus ambiciosos designios. Era casada! Um processo de divorcio por parentesco, julgado por juizes affectos a D. Leonor, ou que sabiam até onde chegava a sua vingança, a livrou desse tropeço. Seu marido, João Lourenço da Cunha, atterrado, fugiu para Castella, e D. Fernando, casado, segundo se dizia, a occultas com ella, muito antes da epocha em que começa esta narrativa, viu emfim satisfeito o seu amor insensato.

(Herculano, 1851: 61-63)

A metáfora de Fernão Lopes, que já apontámos, e que caracteriza Leonor Teles como “lavrador de Venus e criada em sua corte” (1975: 230), tem idêntico significado em

Herculano, que a compara com Lucrecia Bórgia¹⁶, uma nobre italiana, a quem a história atribui crimes e vícios de ordem sexual:

O casamento de D. Leonor Telles, e as consequências d'elle são o primeiro acto do drama terrível, da *Iliada scelerum* da sua vida politica. Foi este primeiro acto que nós procurámos dispor na tela do romance historico. Todo o drama daria, nesta fórma da arte, uma terrível *chronica*. Desde esta epocha, até ser arrastada em ferros pera Castella por aquelles mesmos que chamára a assolar o seu paiz, a Lucrecia Borgia portugueza é na historia daquela epocha uma especie de fantasma diabolico, que aparece onde quer que haja um feito de traições, de sangue, ou d'atrocidade.

(Herculano, 1851: 210)

A passagem que a seguir se transcreve permite-nos compreender o conteúdo que o título do conto encerra:

«Bem está, rei de Portugal!» – atalhou D. Leonor. – «Agora só uma cousa me resta para te pedir. Não é favor; é justiça.» [...] «Não me peças Lisboa, que talvez ámanhan deixe de me chamar seu rei: do resto de Portugal pede-me o que quizeres.» «Quero que me dês as minhas arrhas: quero o preço do meu corpo, segundo foro de Hespanha.» [...] «quero apenas uma promessa de cousa de bem pouca valia.» «De muita ou de pouca, não me importa! Dar-te-ei o que me pedires.» D. Leonor estendeu a mão para a especie de portada romana que se erguia solitaria no meio do terreiro deserto: «É allí que tu me darás o preço do meu corpo, se um dia a cerviz da orgulhosa Lisboa se curvar debaixo do teu jugo real.» Elrei lançou um rapido volver d'olhos para onde Leonor Telles tinha o braço estendido, mas recuou horrorizado. O vulto que negrejava no meio do terreiro, era o patibulo popular e peão; era a forca, tetrica, temerosa, maldicta!» «Leonor, Leonor!» – disse elrei com um som de voz cavo e débil – «porque vens tu misturar pensamentos de sangue com pensamentos d'amor? [...] «Vingança, rei de Portugal, te pede em dote a tua noiva! [...] Este é o preço do meu corpo»

(Herculano, 1851: 90-92)

Vemos aqui o arquétipo de mulher-fatal que seduz e ludibria o amado, a fim de atingir a satisfação dos seus imprudentes desejos vis “tu me fazes tingir as mãos de sangue, para satisfazer tuas crueis vinganças: é porque sabes que eu esgóto sempre o calix das ignominias quando as tuas mãos m'o apresentam, que tu me sacias de deshonor” (Herculano, 1851: 201).

O rei é apresentado como um fantasma de si, subordinado à loucura da rainha: “Até a derradeira mealha estão pagas vossas arrhas, rainha de Portugal! Que mais pretendeis de mim?” (Herculano, 1851: 206).

¹⁶ “Lucrecia Bórgia, ou Borja (1480-1519), o último membro influente da família dos Bórgia. Apesar de mecenas, a história lhe atribuiu todo tipo de crimes e vícios, até [a]o ponto de ter sido considerada o protótipo da maldade.” Dilva Frazão, *Biografia de Lucrecia Bórgia* in https://www.ebiografia.com/lucrecia_borgia/ [consultado a 16.03.2020].

Leonor conhece todos os jogos de sedução e coloca-os em prática para manipular o rei fraco e dependente do seu afeto, fazendo-o acreditar tratar-se ela de um ser maravilhoso, alado, celestial – modelo romântico da mulher-anjo – “Formosa, querida, humilhada a seus pés, como resistiria o pobre monarca? Unindo a face áquella fronte divina, só lhe disse: – «oh Leonor, Leonor!» – e as suas lagrymas misturavam-se com as della.” (Herculano, 1851: 202)

O rei sucumbe perante a sua formosa amada. Que dizer-lhe senão que a amaria até à morte, e muito para além dela, pois não podia calar o seu coração, que lhe pertencia. Que Leonor fizesse tudo quanto ambicionava, ordenasse, ele cumpriria tudo o que ela ditasse, ele pertencia-lhe, dava-lhe, se ela pedisse, a sua vida. D. Fernando contemplou-a nos olhos molhados e abraçou-a. O mundo lá fora esperava. Era imprescindível que se cumprisse a vindicta. Ele sabia como lhe doía o menosprezo que lhe tinham atirado, nos dias de ódio e de revolta. Consideraria um prémio o seu sofrimento, se apagasse com todo o amor da sua alma os tormentos emocionais da sua adorada rainha.

5. O chamado do herói, sua influência no meio social

A tarefa do herói, a ser empreendida hoje, não é a mesma do século de Galileu. Onde então havia trevas, hoje há luz; mas é igualmente verdadeiro que, onde havia luz, hoje há trevas. A moderna tarefa do herói deve configurar-se como uma busca destinada a trazer outra vez à luz a Atlântida perdida da alma coordenada.

Joseph Campbell, *O herói de mil faces*, 2013, p. 373.

Desde que o homem tem consciência de si, desde que a sua mente adquiriu inteligência bastante para formular juízos, idealizou um líder com características físicas e morais superiores às suas, que o protegesse do perigo que advinha de ocorrências, que, pelo grau de dificuldade e complexidade, ele era incapaz de ultrapassar sozinho. Daí que a “função primária da mitologia e dos ritos” fosse “a de fornecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar, opondo-se àquelas outras fantasias humanas constantes que tendem a levá-lo para trás” (Campbell, 2013: 21). Foi no símbolo, na figura do herói, que o homem projetou o novo padrão de vida, dando-lhe possibilidades de realização que a sua rotina diária não lhe permitia concretizar. Esse Ser, vindo dos planos celestes, nascido no plano material envolto em maravilhas, possuidor de belas virtudes tem a seu cargo a salvação do homem comum, estimulando-o a aceitar os riscos inerentes à nova jornada. É o caso de Moisés, filho de israelitas, adotado pela filha do Faraó, que viria a destruir o Egito, libertando o seu povo, tendo passado por enorme sofrimento e duras batalhas; ou o caso de Hércules, filho de Zeus e de Alcmena, um poderoso herói que, entre muitos outros, Otto Rank nos apresenta na sua obra *O mito do nascimento do herói. Uma interpretação psicológica dos mitos*. Nesta obra, o autor reflete sobre um conjunto de questões relacionadas com o nascimento do herói. Rank, através do estudo da mitologia, dedicou-se à exploração da psique humana. Mais tarde, Carl Gustav Jung e Joseph Campbell continuariam os estudos nesta área e aprofundá-los-iam, tendo para o efeito apontado uma variedade de mitos e lendas a fim de explicar a figura do herói e o seu percurso padrão (“monomito” segundo Campbell). Como aponta o psicanalista:

Quase todos os povos civilizados importantes, como os babilónios, os egípcios, os israelitas, os hindus, os iranianos, os persas, os gregos, os romanos, os teutónicos, e outros, deixaram-nos tradições nas quais glorificam desde cedo os seus heróis, reis e príncipes lendários, fundadores de religiões, dinastias, reinos e cidades, em suma, seus heróis nacionais, por meio de numerosos relatos poéticos e lendas.

(Rank, 2015: 19)

Também o nosso património cultural está repleto de personalidades heroicas que, pelos seus feitos grandiosos, e dons excepcionais ficaram na história e no ‘coração’ dos portugueses,

como Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira, Camões, entre muitos outros nomes ilustres da memória coletiva. Estes foram reconhecidos, mas muitos outros foram heróis anónimos, porque as suas ações destinaram-se a ‘salvar’ os menos afortunados da sorte. Como aponta Campbell “o herói composto do monomito é uma personagem dotada de dons excepcionais. Frequentemente honrado pela sociedade de que faz parte, também costuma não receber reconhecimento” (2013: 41). O herói é aquele que consegue superar as suas limitações individuais e alcançar novas formas de realização robustas que lhe permita salvar da agonia os seus semelhantes, ou outros seres da criação divina. “O médico é o moderno mestre do reino do mito”, “seu papel equivale precisamente ao do Velho Sábio, presença constante nos mitos e contos de fadas, cujas palavras ajudam o herói nas provas e terrores da fantástica aventura” (Campbell, 2013: 19). Esse herói, muitas vezes anónimo, como dissemos, é como “Maomé, Jesus, Gautama, Buda” também ele traz “uma mensagem para o Mundo inteiro” (Campbell, (2013: 42). Essa mensagem chegará depois da “perigosa jornada”, “não de descoberta, mas de redescoberta”, (Campbell, (2013: 42), é nesse momento que começa a aventura do herói, um momento quase sempre fantástico, mas que só acontece porque ele atende ao chamado que vem de dentro, da sua alma. É, na maioria das vezes, o despertar do Eu, do conhecimento de si mesmo e a procura de entendimento para a finalidade da sua existência, “o chamado sempre descerra as cortinas de um mistério de transfiguração – um ritual, ou momento de passagem espiritual que, quando completo, equivale a uma morte seguida de um nascimento” (Campbell, 2013: 61). Para nascer o novo Ser é necessário que o homem velho morra, o homem velho é, utilizando expressões de Nietzsche, “uma travessia” após um “*afundamento*” (1998: 15). Afundamento não significa morte, porque a morte não existe, ela não é mais do que a passagem de um estado a outro, a lagarta morre para dar vida à borboleta. A chamada ‘morte’ sempre causou forte perturbação no ser humano, e “a possibilidade da imortalidade física encanta o coração do homem” (Campbell, 2013: 174). Mas esta imortalidade física, todos sabemos, não é exequível, pois que tudo o que nasce morre, quer dizer, morre segundo a matéria, porque o espírito é imortal. Como aponta Campbell, “A busca da imortalidade física procede de uma incompreensão do ensinamento tradicional. O problema básico é, na realidade, aumentar a pupila, para que o corpo, com a personalidade que o acompanha, não obstrua a visão” (2013: 175-177). A tradição ensina que, aquando da chamada morte os seres humanos ou vão para o céu, ou para o purgatório, ou para o inferno. Esta ideia é, de facto, equivocada, pois céu e inferno são

estados de alma. A morte mais não é que a separação entre envoltório semimaterial, construído do fluído cósmico, e corpo material, que nós designamos somente por corpo. Todos os seres deixam o corpo material, mas o espiritual não desaparece, ele prossegue mantendo todo o seu património intelectual e moral, “tudo está em mudança, nada morre. O espírito vagueia, ora está aqui, ora ali, e ocupa o recipiente que se ajustar às suas necessidades...”, “todo ciclo de movimento se reinicia.” (Campbell, 2013: 35). Em síntese, “apenas os corpos, em que habita o eterno, imperecível, incompreensível Eu, perecem” (Campbell, 2013: 35). O mais importante é que o indivíduo descubra, por si próprio ou através de outrem, o novo caminho e se determine a iniciar o processo de elucidação, interiorização do novo saber e vivência das novas noções. Confrontado com a nova realidade vai questionar a educação que anteriormente lhe tinha sido facultada. A lente da objetividade e da racionalidade é, neste processo, fundamental. Fácil e esclarecedora é a instrução de Campbell:

Todas as coisas se encontram em processo, ascendendo e retornando. As plantas tornam-se botões, mas apenas para voltarem à raiz. Retornar à raiz é como buscar a tranqüilidade. Buscar a tranqüilidade é como caminhar ao encontro do destino. Caminhar ao encontro do destino é como a eternidade. Conhecer a eternidade é iluminar-se; não reconhecer a eternidade produz a desordem e o mal.

(2013: 177)

Conhecer a realidade inerente a todos os seres humanos amplia a visão e permite a descoberta do caminho para a felicidade, “O conhecimento da eternidade nos torna magnânimos; a magnanimidade leva à ampliação da visão; a visão ampla traz a nobreza; a nobreza é como o céu. Não temei o desaparecimento do corpo” (Campbell, 2013: 177).

Estabelecendo uma ponte com as obras estudadas, quem não temeu o desaparecimento do corpo foi o alfaiate Fernão Vasques, como à frente perceberemos. Este homem traz consigo a fortaleza e a bravura de herói, esfinge altiva, semblante iluminado, aos ouvintes que o rodeiam comunica: “Senhores, a mim derom carregos estas gentes” (Lopes, 1975: 215). Para a alma heroica não há qualquer sombra de medo, ou hesitação. Está determinado, como sempre, a enfrentar os desafios que a experiência lhe proporciona, disposto ao sacrifício, em nome da ordem e da justiça. O herói – que no caso das obras em análise, e como veremos, é Fernão Vasques – atendeu ao chamado da aventura, foi escolhido pelo povo para falar ao rei D. Fernando sobre a realização do seu casamento com uma mulher que não se enquadrava na imagem arquétipo de rainha, de acordo com os padrões da época. Esse ato de coragem e

determinação, que só o herói possui, acabaria por granjear o ódio e a vingança de Leonor Teles, anti-heroína da história, que pedira ao rei, em arras (dote) de casamento, as vidas dos que tinham falado contra ela, humilhando-a. Ela daria ao rei o que ele tanto desejava, o seu corpo, em troca ela teria a ‘cabeça’ dos traidores. “Mito ou sonho, há nessas aventuras uma atmosfera de irresistível fascínio em torno da figura que aparece subitamente como guia, marcando um novo período, um novo estágio, da biografia” (Campbell, 2013: 64). Diz ainda Campbell, que “o sonho é o mito personalizado e o mito é o sonho despersonalizado; o mito e o sonho simbolizam, da mesma maneira geral, a dinâmica da psique” (2013: 27).

É precisamente a psique perturbada pelos problemas particulares e familiares que afeta o herói D. Dinis, como veremos no capítulo seguinte. Ainda que o seu ato heroico tenha acontecido por breves momentos, estes foram de tal modo intensos e dramáticos, que “se a personalidade for capaz de absorver e integrar as novas forças, experimentará um grau quase sobre-humano de autoconsciência e de autocontrole superiores” (Campbell, 2013: 71). A personalidade educada de D. Dinis, perante a adversidade que coloca em risco a sua vida, manifesta-se através da bravura e da tranquilidade de espírito, dignificando o seu nome, a sua linhagem. Apresenta-se corajoso, a exemplo de sua mãe, Inês de Castro, quando enfrentou os carrascos que lhe destruíram a jovem existência; audacioso, semelhante a seu pai D. Pedro I, que foi tenaz na perseguição dos algozes de sua mãe; sereno como sua bisavó, Isabel de Aragão, que dera testemunho de uma vida heroica, dedicada ao amor ao próximo, aliviando-lhe a fome, a miséria, amparando-o na doença e aliviando-lhe as maleitas de alma, demonstrando sempre sapiência e grandiosidade para enfrentar a oposição dos que não pensavam, nem agiam como ela, uma heroína que ficou na História como a Rainha Santa. São estes os heróis que ouviram o chamado e se venceram a si mesmos, triunfando sobre as suas limitações.

Como recebe e entende o herói o chamado que gravará o seu nome na história? É, sobretudo, “apenas àqueles que não conhecem nem um chamado interno, nem uma doutrina externa, cabe verdadeiramente um destino desesperador” (Campbell, 2013: 30). Todo aquele que assenta a sua jornada em base sólida, uma doutrina que o ajude a ser um homem de bem, terá um destino feliz, porque pelo caminho irá desprendendo as ligações que o prendem à sua condição material temporária. O chamado do herói começa quando principia o caminho do esclarecimento. “Aquele que penetra no complexo do templo e se encaminha para o santuário imita a façanha do herói. Seu objetivo é repetir o padrão universal, como forma de

evocar, dentro de si mesmo, a lembrança da forma de convergência e renovação da vida” (Campbell, 2013: 47). O templo é a escola abençoada, onde aprenderá sobre a sua natureza, o porquê das coisas, numa palavra, a educar-se; o santuário é o caminho do aprimoramento até finalmente conseguir vencer-se a si mesmo. Assim nasce um herói. Para isso, precisa de tempo. O tempo agora é de reflexão e empenho. O herói sabe que vai conseguir espiritualizar a matéria, que antes o escravizara, ainda que para isso precise de tempo, não o mundano, mas o intemporal, “intemporal como o inconsciente freudiano, por baixo do dramático tempo mundano, parte da nossa experiência flutuante do ego, esse velho homem da montanha, embriagado por um profundo sono, viveu por muito tempo” (Campbell, 2013: 196).

O novo caminho de aventura foi iniciado e o herói vai progressivamente ultrapassando as limitações próprias de uma criança que começa a dar os primeiros passos. Muitas vezes terá de descer ao abismo do ego, terá de se esquecer de si próprio, pois “a agonia da ultrapassagem das limitações pessoais é a agonia do crescimento espiritual” (Campbell, 2013: 177). Como afirma Zaratustra, “é preciso ainda ter caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante” (Nietzsche, 1998: 18). A separação do homem velho é um (re)nascimento, quase sempre mais pungente que o primeiro, “Freud sugeriu que todos os momentos de ansiedade reproduzem os dolorosos sentimentos da primeira separação da mãe. Inversamente, todos os momentos de separação e de novo nascimento produzem ansiedade” (Campbell, 2013: 61). A ansiedade instala-se como uma bactéria, que vai corroendo os alicerces da alma, transtornando-a, precisa de ser erradicada, porque prejudicial para o objetivo do herói. Como pode o herói extirpar a moléstia? ““Eu sou a porta. Se alguém entrar por mim, será salvo: e ele entrará, e sairá, e achará pastagens””. ““O que come a minha carne, e bebe o meu sangue, esse habita em mim, e eu nele”” (Campbell, 2013: 47). A doutrina renovadora é o legado que Cristo deixou para que a humanidade aprenda as leis naturais e as vivencie durante a sua jornada terrena. Conforme o ser humano ascende na escala evolutiva vai reduzindo as chegadas e as partidas que a palingenesia lhe permite. Todo aquele que segue e pratica os ensinamentos do Cristo, um dia será como ele: Herói que venceu o mundo.

Mas o chamado pode ser recusado, pois a matéria ainda exerce grande influência sobre o indivíduo: será que consegue renunciar aos apelos e vantagens de ordem material, regidos pelos sistemas das ideias dominantes? Eis o momento crucial para o herói, aceita e segue as convenções, ou quer libertar-se da sucessão de vidas e mortes? Só ele pode decidir o que

mais lhe convém, tem livre-arbítrio, a sementeira é livre, obrigatória a colheita. Perante si, o chamado que necessita de “uma deliberada e extraordinária determinação de só dar a mais profunda, elevada e rica resposta à exigência, ainda desconhecida” (Campbell, 2013: 71).

Se são inúmeros os que se perturbam ante o chamado, o herói, em oposição à influência estabelecida pelas concepções mundanas da ociosidade, que prendem o ser em si mesmo, desviando-o da luz, aceita o chamado, com a certeza que não está sozinho a enfrentar as duras batalhas da sua jornada. Nas mais perigosas situações encontra o sustentáculo da força sublime que o seu anjo guardião lhe doa, segundo as suas necessidades. “Para aqueles que não recusaram o chamado, o primeiro encontro da jornada do herói se dá com uma figura protetora” (Campbell, 2013: 74), o seu anjo guardião. O anjo guardião comprometeu-se a velar pelo herói, ele é o amparo nas horas difíceis, nas experiências com elevado grau de dificuldade, pelas quais o herói irá passar ao longo da sua vida terrena. Ele não pode subtraí-lo aos espinhos do caminho, nem a transportá-lo ao colo, mas dar-lhe-á a força e a coragem necessárias; inspirá-lo-á a prosseguir no carreiro do bem e da beleza; afastá-lo-á dos declives do mal e a sua doce influência impregnar-lhe-á a alma em doces fluídos. Estará sempre ao seu lado, como o eterno amigo, o amigo devotado, que presencia os seus padecimentos e participa nas suas alegrias. O espírito protetor foi nomeado para o socorrer sempre que o infortúnio se sobrepuser à sua coragem, e o herói recebe os nobres fluidos e grava no seu coração, com suas próprias mãos, a fé, a esperança e o amor à verdade, à justiça, pela defesa dos seus semelhantes. Como ensina Campbell, “O poder protetor está, para todo o sempre, presente ao santuário do coração. Basta saber e confiar, e os guardiães intemporais surgirão” (2013: 76). O anjo guardião é o protetor do herói na Terra, o reino da provação/purgação. O herói liga-se a ele em pensamento, através da prece. O herói sabe que os que se afastaram do caminho, a fim de satisfazer a sua perversidade, vêm procurar as chagas da sua alma, as impurezas do seu coração, tentando obsidiá-lo, estimulando-o à queda no abismo, mas ele também sabe que até esses não estão abandonados à sua sorte – “mesmo àqueles que endureceram seu coração, o guardião pode aparecer” (Campbell, 2013: 77) –, porque o Criador não deixa nenhum dos seus filhos sem proteção, basta que esses corações transviados sejam como o filho pródigo e aceitem a sua renovação, pois é importante que aquele que se afastou do caminho dê ouvidos às sugestões do seu anjo guardião e aceite a fé que salva e o amor que consola. A fé inabalável é a que enfrenta a razão, não tem que ver com a crença, com as práticas do fanatismo religioso, ou com um dom que transcende o que

é racional, muitas vezes é confundida com a emoção, com o sentimento, mas os estados emocionais são transitórios, a verdadeira fé é permanente, porque se baseia no conhecimento. O herói nutre a fé autêntica. Aprendeu e apreendeu os princípios das leis naturais, e, na medida que se adianta na jornada, vai percebendo a perfeição dessas leis e quanto mais as conhece mais com elas se quer identificar. O herói está consciente do grau de dificuldade que envolve a sua caminhada, mas agora ele guarda no coração a luminosa certeza da sua indestrutível fé, que já ultrapassou o âmbito da crença religiosa. Alcançou a possibilidade de afirmar: Eu creio, porque sei, a minha fé foi edificada, paulatina e conscientemente, pela minha alma. Fui escolhido, agora sou um dos eleitos, recebi “o divino relâmpago do conhecimento do princípio transcendente, que está além do reino fenomênico dos nomes e formas” O herói já não está “preso, mas liberto” (Campbell, 2013: 90). O *id* que trazia consigo as paixões primitivas morreu, a jornada liberou-o e fê-lo subir um degrau da escala da perfeição. Durante a jornada, o ego limou as arestas e as limalhas que o afastavam da luz libertadora, “o herói cujo apego ao ego já foi aniquilado vai e volta pelos horizontes do mundo” (Campbell, 2013: 92). O superego desenvolveu-se, absorveu os princípios libertadores “aí reside seu poder de salvar; pois sua passagem e retorno demonstram que, em todos os contrários da fenomenalidade, permanece o Incrível-Imperceptível e não há nada a temer” (Campbell, 2013: 93).

Na medida em que o herói vai prosseguindo a jornada, novas provas, com grau de dificuldade maior, virão ao seu encontro, surgindo-lhe uma nova realidade, “quando as profundezas do mundo inferior e suas notáveis manifestações se abrem diante dele” (Campbell, 2013: 104). E o que há de mais difícil do que ir aos mundos inferiores resgatar o seu próprio ego?

E assim é que se alguém – em qualquer sociedade – assumir por si mesmo a tarefa de fazer a perigosa jornada na escuridão, por meio da descida, intencional ou involuntária, aos tortuosos caminhos do seu próprio labirinto espiritual, logo se verá numa paisagem de figuras simbólicas (podendo qualquer delas devorá-lo). No vocabulário dos místicos, esse é o segundo estágio do Caminho, o estágio da “purificação do eu” em que os sentidos são “purificados e tornados humildes” e as energias e interesses, “concentrados em coisas transcendentais, ou num vocabulário mais moderno: trata-se do processo de dissolução, transcendência ou transmutação das imagens infantis do nosso passado pessoal.

(Campbell, 2013: 105)

Há todo um sem número de obstáculos que tentam impedir a travessia do herói ao seu mundo inferior, mas esses obstáculos são instrumentos de realização, de superação, testes à sua capacidade de resiliência, que tem de alcançar através da análise de cada um dos seus

pensamentos e atos, meditando nos ensinamentos e, atingida a esfera da compreensão, iniciar o trabalho sincero de cooperação fraterna, pois “cabe ao indivíduo, tão-somente, descobrir sua própria posição com referência a essa fórmula humana geral e então deixar que ela o ajude a ultrapassar as barreiras que lhe restringem os movimentos” (Campbell, 2013: 121). O trabalho incessante no bem, o desprendimento dos interesses mesquinhos do mundo, a submissão aos valores divinos, constituem traços fundamentais das lições de vida do herói. “O herói é aquele que aprende. À medida que ele progride, na lenta iniciação que é a vida” (Campbell, 2013: 117). O imprevidente descansa sobre bases efémeras, sentindo-se tranquilo, como, por exemplo, a anti-heroína Leonor Teles, como observaremos no capítulo 7, que edificou o seu poder sobre pilares frágeis, perecíveis, como são os tesouros do mundo terreno, mas o herói possui alicerces assentes na fé raciocinada. O herói já não pode manter-se ligado às ilusões do mundo. Ele sabe que está no mundo material, mas o seu verdadeiro mundo é o espiritual. “Aquele que busca a vida além da vida deve labutar por superar as tentações do seu chamado e lançar-se ao éter imaculado que se acha além” (Campbell, 2013: 122). A sua jornada tem como objetivo o seu progresso moral, intelectual, quando regressar à “vida além da vida” vai ter de analisar o saldo do seu património intelecto-moral, se cresceu será mais feliz, se estacionou, renova o propósito e aguarda por nova oportunidade de aprendizado.

Para a escola freudiana “o instinto de vida (*eros* ou *libido*) e o instinto de morte (*thanatos* ou *destrudo*) são os dois impulsos que não só movem o indivíduo a partir de dentro, mas animam igualmente, para ele, o mundo circundante” (Campbell, 2013: 155). O herói está rodeado de coisas da vida, movimentando-as enriquece a sua virtude e escapa à grosseira posição do ego no vale de lágrimas, como aponta Campbell “para o filho que cresceu o suficiente para conhecer o pai, as agonias da prova são prontamente suportadas, o mundo já não é um vale de lágrimas, mas uma manifestação, perpétua e geradora de bênçãos” (2013: 144). A vida do herói é agora um manancial de bênçãos para os outros, esta é a sua recompensa. A sua alma, que esperava a Divina Luz, conquistou a mais elevada graça espiritual, através do esforço próprio de renúncia a si. “O herói transcende a vida e por um momento, ascende a um vislumbre da fonte. Ele contempla a face do pai e compreende. E, assim, os dois entram em sintonia” (Campbell, 2013: 142). A sintonia com suas bênçãos de luz iluminativa é um curso educativo, no qual o herói se inscreve, com a finalidade de ajustamento às verdades imortais. O herói não renuncia ao trabalho renovador. O Eterno vive

nele e a Sua vontade expressa-se, a cada momento, nas circunstâncias que o cercam. Com a sua jornada de luta alcançará a concretização dos seus sonhos de felicidade, todavia há um compromisso que ele não esquece, tem que ver com a transmissão dos ensinamentos à sociedade humana, e “como ensinar de novo, contudo, o que havia sido ensinado corretamente e aprendido de modo errôneo um milhão de vezes, ao longo dos milênios da mansa loucura da humanidade? Eis a última e difícil tarefa do herói” (Campbell, 2013: 215). O herói valoriza, antes de tudo, as asperezas da sua jornada, aproveita as lições em favor do seu progresso e dessa conquista individual dá testemunho a todos quantos o cercam, a fim de colaborar no ensino dos princípios subvertidos ao longo dos tempos.

Terminada a busca do herói, o aventureiro deve ainda retornar com o seu troféu transmutador da vida. O círculo completo, a norma do monomito, requer que o herói inicie o trabalho de trazer os símbolos da sabedoria, o Velocino de Ouro de volta ao reino humano, onde a bênção alcançada pode servir à renovação da comunidade, da nação, do planeta ou dos dez mil mundos.

(Campbell, 2013: 195)

Agora a tarefa principal do herói é a de divulgar formas de vivência extraordinária, e, através do conhecimento racional construir a iluminação em si mesmo. Daí que a questão de Campbell seja pertinente “como comunicar, a pessoas que insistem na evidência exclusiva dos próprios sentidos, a mensagem do vazio gerador de todas as coisas?” (2013: 215). A vida dos seres humanos não pode basear-se no ‘ter e haver’ as coisas do mundo, tal como a harmonia da alma não consiste no acumular dessas riquezas efêmeras. A harmonia da alma depende do uso que ela faz de tudo quanto lhe foi facultado para usufruir durante a sua experiência neste plano. De nada serve a abundância nem o amontoar de bens transitórios se não os colocar a render a favor do seu semelhante, pois a alma só será reconhecida pelas realizações e obras que deixar. Nos bens exteriores a si, jamais encontrará a iluminação necessária à sua paz e harmonia. A experiência terrena é processo de renovação permanente, é imprescindível aceitar o legado do herói e continuar o labor de elevação de sentimentos, sem ficar a aguardar por facilidades externas de realização, a fim de concentrar em si aquisições morais definitivas. Algumas pessoas inquietas reclamam realizações de ordem física de forma inconstante e efêmera, soluções milagrosas para os seus caprichos, outras buscam a fuga ao que convém saber e fazer, todavia, quando o herói espalha a mensagem de renovação cessam as rogativas barulhentas, acalmam-se os desejos inconstantes e os aprendizes convergem para o trabalho de aprimoramento moral edificante.

A terminar este capítulo, importa referir que, apesar de este estudo que nos serve de referência abordar sobretudo figuras mitológicas (deuses e semideuses), fundadores de religiões e personalidades com o estatuto de heróis, este trabalho aplicará as estruturas identificadas por Campbell a figuras de diferente estatuto. Trata-se de personagens literárias, independentemente de remeterem para figuras históricas do passado (com exceção de Frei Roy, personagem criada por Alexandre Herculano). Como tal, a representação da sua atuação é moldada de acordo com determinados modelos mentais, nos quais se incluem os vetores aqui em análise (imagem de herói / de anti-herói). Para além disto, os dois autores estudados (Fernão Lopes e Herculano) tiveram agendas ideológicas próprias que foram projetadas no modo como construíram as personagens e veicularam os acontecimentos: Fernão Lopes esteve comprometido com a legitimação da segunda dinastia, enquanto que Alexandre Herculano se empenhou na recuperação de elementos relacionados com as raízes históricas do país, no quadro do movimento romântico e das ideologias do séc. XIX, que defendia.

6. O(s) herói(s) na *Crônica de D. Fernando* e em “Arras por foro de Espanha”

A primeira tarefa do herói consiste em retirar-se da cena mundana dos efeitos secundários e iniciar uma jornada pelas regiões causais da psique, onde residem efetivamente as dificuldades, para torná-las claras, erradicá-las em favor de si mesmo (isto é, combater os demônios infantis da sua cultura local) e penetrar no domínio da experiência e da assimilação, diretas e sem distorções, daquilo que C. G. Jung denominou «imagens arquetípicas».

Joseph Campbell, *O herói de mil faces*, 2013, p. 27.

A maioria dos seres humanos prefere um caminho de facilidades, de rotinas inconscientes, de rituais mecânicos, que não obriguem a trabalhar o campo da alma, todavia a autodescoberta de si e do objetivo da existência exigem que cada indivíduo se predisponha a iniciar o trabalho de autoaperfeiçoamento, fazendo desabrochar o deus-herói que há em si. “O herói simboliza aquela divina imagem redentora e criadora, que se encontra escondida dentro de todos nós e apenas espera ser conhecida e transformada em vida” (Campbell, 2013: 43). O herói prova que o é pelo seu espírito de gênio, pela superioridade das suas ações, pela sua grandeza, pela sua virtude, pela capacidade de vencer as suas limitações, os seus próprios medos, pelos resultados dos seus feitos e, sobretudo, pela influência moralizadora que provoca nos outros. Fundamental é “transcender a condição material e precária da existência através da descoberta ou reconhecimento do outro perante o qual o mesmo se transforma” (Amado, 2007: 70).

A jornada do herói constitui-se de árduas batalhas, mas ele olha para o dever de cumprir o chamado da aventura com coragem, porque o dever é primeiramente para consigo próprio e para com os seus semelhantes, é a sua obrigação moral. O dever é de difícil realização, porque a ele se opõem as seduções da matéria, as emoções e os interesses de toda a ordem. O dever está no seu livre-arbítrio, mas durante a jornada a sua consciência adverte-o, sustenta-o contra os sofismas das paixões. O dever é a bravura de alma que eleva.

O herói permanece inflexível, considera o chamado da aventura um dever que engrandece, que lhe dará a consolação de uma consciência tranquila e a paz do espírito. “‘O chamado de aventura’ – significa que o destino convocou o herói e transferiu-lhe o centro da gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida” (Campbell, 2013: 66). Grande é a estrada, por vezes amarga e escura, muitos os espinhos e as asperezas do trajeto que irão feri-lo, mas não o impedirão de avançar, não o afastarão do rumo certo. Ele sabe que “é preciso passar pelo sofrimento para ser digno da vitória; antes de conceder magnificamente o triunfo, Deus aceita o sacrifício e compadece-se” (Amado, 1997: 214)

concedendo-lhe um guia espiritual, que o ampara e auxilia ao longo da jornada. O herói conta com a esperança, o raio de sol que lhe irá aquecer o coração quando tiver de atravessar as noites tenebrosas da caminhada que escolheu.

Na *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes e no conto “Arras por foro de Espanha” de Alexandre Herculano, vamos encontrar esses heróis, pessoas aparentemente comuns, mas que, confrontadas com valores sociais como a fraternidade, a solidariedade, a justiça, o bem-comum, a honestidade em perigo... souberam sobrepor-se ao labirinto das emoções, não temeram os orgulhosos e os egoístas, nem a iniquidade ou a morte.

Fernão Vasques é o herói, o “honrado capitão da arraya-miuda” (Herculano, 1851: 72), escolhido para falar ao rei sobre a desonra de um casamento não conforme aos padrões da época. Esse herói trazia consigo a robustez e a coragem de um homem de bem. Com altivez levanta-se, em nome da justiça, contra a luxúria, contra os imprevidentes: “«Senhores, a mim derom carrego estas gentes que aqui ssom juntos de dizer algũuas cousas a el-rrei nosso senhor que entendem por sua honrra e serviço” (Lopes, 1975: 213).

A verosimilhança é patente, os acontecimentos ficcionais de Alexandre Herculano correspondem ao relato de Fernão Lopes, sendo aqui de realçar a hipérbole utilizada pelo cronista: “tres mill ante mesteiraaes de todos mesteres e beesteiros e homens de pee, e todos com armas”:

Os poboos do rreino, rrazoando em taaes novas, cada hũus em seus logares, juntavom-sse em magotes, como he husança, culpando muito os privados d’el-rrei e os grandes da terra que lh’o conssentiam; e que pois lh’o eles nom diziam como compria, era bem que sse juntassem os poboos e que lh’o fossem assy dizer. E antre os que se principallmente d’esto trabalharom foram os da cidade de Lixboa, onde el-rrei entom estava, os quaaes, fallando em esto, foram tanto per seu feito em deante que sse firmarom todos em consselho de lh’o dizer, elegendo logo por seu capitam e propoedor por elles hũu alfayate que chamavom Fernam Vaasquez, homem bem rrazoado e geitoso pera o dizer: e juntarom-sse hũu dia bem tres mill ante mesteiraaes de todos mesteres e beesteiros e homens de pee, e todos com armas se foram aos paaços hu el-rrei pousava.

(1975: 209-210)

No excerto que se transcreve a seguir, a expressão “elrei com suas palavras mansas e enganosas”, torna ainda mais eloquente o texto de Herculano, talvez desejando afirmar que o alfaiate não era um homem do povo comum. Além de ter bons modos e ser educado, tinha conhecimentos e, como tal, responsabilidades. Assim, aceitava o chamado da aventura, mesmo sabendo que lhe iria ser fatal:

«Arraya-miuda! Tendes vós já elegido entre vós outros, cidadãos bem falantes e avisados para propôr vossos embargos e razoados contra este maldicto e descommunal casamento d’elrei com a mulher de João Lourenço da Cunha?»

«Todos á uma entendemos que deveis ser vós, mestre Fernão Vasques:» – «Quem ha ahi entre a arraya-miuda mais discreto e aposto para taes autos que vós? Quem com mais urgentes razões proporia nosso agravo e a deshonra e vilta d’elrei, do que vós o fizestes hoje na mostra que dêmos ao paço esta tarde?»

«Alcacer, Alcacer! por nosso capitão Fernão Vasques:» – bradou unisona a chusma.

«Fico-vos obrigado, mestre Bartholomeu Chambão!» – replicou Fernão Vasques, socegado o tumulto. – «Pelo razoado de hoje terei em paga a forca, se a adúltera chega a ser rainha: pelo de ámanhan terei as mãos decepadas em vida, se elrei com suas palavras mansas e enganosas souber apaziguar o povo.

(Herculano, 1851: 58-59)

Essa aventura é uma missão especial, com a qual o herói se compromete, pois é chegado o tempo de inovação social: todas as classes, grandes e pequenos, ricos e pobres, nenhuma pode ficar sem voz, o pensamento de todos está em sintonia. O herói avança, a multidão acompanha-lhe os passos, atenta às suas palavras, que se repercutem como bálsamo nas feridas das suas almas. Herculano dá a entender que Fernão Vasques é um “astro”, o sol, “que parecia alumiar com sua luz, aquecer com o seu calor aquelle turbilhão de planetas”, aquela multidão necessitava da luz que só o herói, o salvador, possuía:

O astro que parecia alumiar com sua luz, aquecer com seu calor aquelle turbilhão de planetas; o centro moral, á roda do qual giravam todos aquelles espiritos, era um homem que dava mostras de ter bem quarenta annos, alto, magro, trigueiro, olhos encovados e scintillantes, cabelo negro e revoltado, barba grisalha e espessa. Encostado a um dos muitos bofetes que adornavam o amplo aposento, e rodeado de uma vasta pinha de populares de ambos os sexos, que o escutavam em respeitoso silencio, a sua voz grossa e sonora sobressahia no ruído.

(Herculano, 1851: 56)

Fernão Vasques ouve o chamado, o seu coração está apto para essa batalha, sabe ainda que não pode falhar. Espalham-se por toda a parte, multiplicam-se, os que precisam do alimento espiritual, que lhes dará tranquilidade e paz. É a coragem e a determinação que o fazem aceitar a tarefa missionária, quando “todos estavom alvoraçados, exigindo justiça e a contradizer aquell casamento” (Lopes, 1975: 214); “ninguém como mestre Fernão Vasques é homem de cordura e sages para ámanhan falar a elrei aguisadamente sobre o feito do casamento de Leonor Telles” (Herculano, 1851: 60).

Observam-no os incrédulos, sondam-lhe os pensamentos, exploram-lhe os atos, querem confrontá-lo e declará-lo impostor, usurpador de uma imagem que não é sua, mas a justiça tem de ser feita, é o salvador dos oprimidos e dos fracos, é ele que os vai libertar da dor e da mágoa. “A aventura do herói marca o momento em que este embora ainda esteja vivo descobriu e abriu o caminho da luz, para além dos sombrios limites da nossa morte em vida” (Campbell, 2013: 256), ou seja, morrem em vida os que se acomodam, se instalam nos

‘pelouros’ brilhantes da existência, são como árvores frondejantes, mas sem frutos. Na verdade, o herói precisa de muito pouco, mas o suficiente para o fazer sair do labirinto da existência. Ele não teme, pois “tudo está na mão de Deus. Todas as formas que nascem e fenecem” (Campbell, 2013: 127),

E Fernam Vaasquez rrespondeo em nome de todos dizendo que elles eram alli viindos porquanto lhes era dito que el-rrei seu senhor tomava por sua mulher Lionor Tellez, mulher de Joham Lourenço da Cunha seu vassalo; e porquanto isto nom era sua honrra, mas ante fazia gram nojo a Deus e a seus fidallgos e a todo o poboo, que elles, come verdadeiros portugueses lhe viinham dizer que tomasse filha de rrei, quall conviinha ao seu estado e que quando com filha de rrei casar nom quisesse, que tomasse hũa filha d’hũu fidalgo de seu rreino, qual sua mercee fosse, de que ouvesse filhos legitimos que rreinassem depós elle, e nom tomasse mulher alhea, ca era cousa que lho nom aviam de consentir.

(Lopes, 1975: 210)

O alfaiate Fernão Vasques, *capitão e procurador por eles*, como lhe chama Fernão Lopes, affeiu em termos violentos as intenções d’elrei, regalando D. Leonor dos titulos de má mulher e feiticeira, e asseverando que o povo nunca havia de consentir em seu casamento adultero.

(Herculano, 1851: 65-66)

Se houvesse dúvida quanto à questão de o alfaiate ser um herói, ela estava agora confirmada: “«És um notável capitão:» – acrescentou Diogo Lopes, rindo e batendo no hombro do alfaiate” (Herculano, 1851: 71).

Uma outra ocorrência, a caminhada triunfal ao encontro do destino, talvez da morte, confirma a personalidade heroica de Fernão Vasques que, com acenos gentis, agradece a oportunidade que lhe tinha sido concedida para manifestar humildade perante os desígnios de Deus:

O alfaiate, cercado de outras cabeças da revolta da vespera, encaminhou-se para a alpendrada de S. Domingos. Trazia vestida uma sáia de valencina reforçada, calças de bifa, çapatos de pelle de gamo, chapeirão de ingres com fita de mom perle, e cincta de couro. Tudo escuro ao modo popular. Com passos firmes, subiu os degraus do alpendre. D’alli, em pé, com os braços cruzados, correu com os olhos a praça, onde entre o povo apinhado se fizera repentino silêncio. Depois tirando o chapeirão, cortejou a multidão para um e outro lado: os seus gestos e ademanos eram já os de um tribuno.

(Herculano, 1851: 101)

Um processo comum no nascimento do herói é o facto de que ele “desaparece do mesmo modo misterioso como surge” (Rank, 2015: 82). O herói Fernão Vasques sabe que sobre ele cairá a cólera e o ódio da rainha, a perseguição e a morte, mas “o herói não seria herói se a morte lhe suscitasse algum terror, a primeira condição do heroísmo é a

reconciliação com o túmulo” (Campbell, 2013: 339). A asseverar tal estado de alma, a revelação do inevitável facto, a rainha

Mandava saber per enculcas quaaes eram os que em isto mais fallavom contra ella, rrazoando mall de tall casamento; e avia com el-rrei que os mandasse prender e fazer com elles justiça: e foi assi de feito que em Lisxboa foi preso depois Fernam Vaasquez, aquell alfayate que ouvistes, e outros; e foram decepados e tomados os bêens.

(Lopes, 1975: 214)

O herói fora defender os direitos e os interesses do povo de Lisboa e da nação, dos quais fazia parte, como um todo. A morte não era nada, sabia que ela não lhe tolheria os passos, a sua batalha contra a iniquidade sobrepunha-se a quaisquer pesares ou desalentos. O obstáculo estimulava-o, sentia-se glorioso; experimentava o sentimento do reconhecimento do ego, a relevância perante aquelas gentes, testemunhas do seu feito, a população que, admitindo o seu grande valor, o elegera. Fizera o que tinha de ser feito. Sereno, o coração em harmonia, “cheio de compaixão pelos seres auto-terrorizados que vivem no temor de seus próprios pesadelos” (Campbell, 2013: 157). Iria abandonar o plano físico por causa do seu atrevimento, do seu altruísmo, por dar voz aos que a não tinham. A sua força moral e o seu ato heroico davam-lhe acesso à coroa de glória dos vencedores e levá-lo-iam aos planos felizes do Mundo Maior, “eis o potencial libertador que se encontra dentro de todos nós, e que todos podem alcançar – através do heroísmo” (Campbell, 2013: 145).

Ainda no perfil de herói, em análise, cabe o povo, que ganha estatuto de personagem, enquanto herói-coletivo. Na forma de Herculano a ‘turba plebeia’¹⁷, ou na de Fernão Lopes ‘arraia-miúda’¹⁸, este herói é grandioso quando luta pelos seus ideais, e insignificante quando acomodado sob o poder dominante.

Apesar de o modelo de herói de Fernão Lopes ser o cavaleiresco, e de censurar os excessos do povo, a “arraia-miúda”, “a gente pequena dos lugares”, “os pequenos”, este autor minimiza essas manchas do carácter coletivo elegendo-o como herói, pondo-o em

¹⁷ Em Herculano, “[O] amor á liberdade que até á morte o caracterizou e o espirito de benevolência e compaixão, que sempre manifestou pelos fracos, pelos oprimidos e espoliados, sem indagar qual a côr da politica ou da religião a que pertenciam.” Fortes, *Alexandre Herculano...* p. 22. No entanto, e apesar disto, há que recordar que a noção de “povo”, no século XIX, ainda estava longe da noção atual. Exemplo disto é o facto de só poderem votar os cidadãos do sexo masculino com alguma instrução e capacidade económica.

¹⁸ Em Fernão Lopes, o povo é a força da coletividade que age, participa nas decisões importantes; a consciência de pertencer a um grupo dinâmico que intervém na política do reino. Note-se, no entanto, que o que no século XIV só alguma burguesia mais próspera tinha algum poder de atuação.

relevo, elevando-o, dando-lhe a força e a coragem dos que se insubordinam contra o poder feudal, senhorial. Como diz António José Saraiva, “a verdadeira alma da revolução está nos miúdos, a gente que largava os ofícios para acudir aos comícios, que dava o corpo ao manifesto, que saía das vinhas para assaltar castelos” (1996: 180); “estes mesmos homens que se recusam a participar nas aventuras cavaleirescas do rei D. Fernando” (1996: 181), os mesmos heróis que contribuirão fortemente para o sucesso da Revolução de 1383-1385 e que constituirão a força armada de Nuno Álvares Pereira, a favor do Mestre de Avis, contra o rei de Castela e nobres portugueses coniventes com a invasão de Portugal, nação amada que lhes fornece o alimento, o teto, a vida.

O herói-povo tinha ocorrido, para manifestar a sua indignação por tão desonroso enlace, “Os poboos do rreino, rrazoando em taaes novas, cada hũus em seus logares, juntavom-se em magotes. E antre os que se principalmente d’esto trabalharom foram os da cidade de Lixboa” (Lopes, 1975: 209-210). Naquele dia, “aquellas gentes que alli estavom e a rrazom por que viinham” (Lopes, 1975: 210), tinham um propósito moral, sobretudo aconselhar o rei a rejeitar a mulher infiel, mas, se fosse necessário usar a força, não fugiriam à luta armada, “eles lh’a tomariam per força e fariam de guisa que nunca a el-rrei mais visse; e que sse muitos veherom entom, que muitos mais viinriam em outro dia armados.” (Lopes, 1975: 211). Vejamos os seguintes excertos da crónica que revelam o comportamento e o objetivo do herói-povo: “a gente era muita que esto dezia per desvariadas maneiras” (Lopes, 1975: 210); “E foram em outro dia muitas gentes no alpende d’aquell moesteiro de Sam Domingos” (Lopes, 1975: 213); “Aguardando elles todos alli, e fallando muitas e desvairadas rrazões em este feito” (Lopes, 1975: 214); “todollos do reino, de quallquer condiçom que fossem, eram d’isto mui mall-contentes” (Lopes, 1975: 217); “Quando foi sabudo pello rreino como el-rrei rrecebera de praça dona Lionor por sua molher e lhe beijarom a mão todos por rrainha, foi o poboo de tall feito mui maravilhado” (Lopes, 1975: 219).

O herói-povo no conto de Herculano reflete a jornada de lutas do historiador contra a monarquia absoluta, a favor dos desprotegidos da sociedade, pela liberdade e igualdade entre os cidadãos, pela instrução e educação do povo, gerando o princípio que a democracia viria a fortalecer em séculos posteriores: “Era a primeira vez neste reinado que a arraya-miuda dava mostras da sua força e reivindicava o direito de dizer armada – não quero! – O elemento democrático erguia-se para influir activamente na monarchia” (1851: 97). Herculano

continua o seu manifesto neste mosaico intertextual retirado do conto em análise (1851): “pelos becos e encruzilhadas soava um tropear de passadas, um sussurro de vozes vagas, que pareciam indicar que as ondas populares tinham sido agitadas pelo vento de Deus” (p. 52); “O gigante popular tinha ahi assentado a sua curia feroz” (p. 55); “A irritação dos animos, assoprada pela nobreza, tinha chegado ao seu auge, e a colera popular rebentára violenta” (p. 65); “A vozeria e estrepito que fazia aquella multidão desordenada assustou elrei” (p. 65); “o povo, orgulhoso da importancia que subitamente se lhe dera” (p. 97); “aquella assuada ou tumulto era negocio que excitava vivamente a colera popular. Já no fim do seculo decimo-quarto era o povo, assim como hoje, colerico” (p. 54); “O povo, porém, era como os homens robustos do Genesis: era impio, porque era robusto” (p. 99).

O povo (re)conhece a amargura do fracasso, da desilusão, da destruição dos seus valores, pelo seu apego às formas, tinha sido posta à prova a sua coragem e abnegação, “não é sem dificuldades que se desafiam as forças do abismo” (Campbell: 2013: 210). Fora aprendizagem útil no caminho coletivo, sobretudo conhecia agora a alegria inextinguível da vida invencível. Terminada a etapa da busca, da luta, o herói-povo tem de retornar ao plano inicial: trabalhar e lutar pela liberdade, pela justiça e pela igualdade, no seu tempo e em todos os vindouros até que o ser humano adquira conhecimento bastante para que pautar o seu comportamento pelos valores da ética e da moral. Nesse dia, cessarão as lutas, por não serem mais necessárias. Na Terra e no Céu serão cumpridas as leis naturais.

Além do povo, herói-coletivo, novo contributo para análise do perfil em estudo: o infante D. Dinis, reconhecendo-se o seu carácter nas palavras de Campbell: “o herói do caminho do pensamento – de bom coração, dotado de coragem e cheio de fé no facto de que a verdade, tal como ele a conhece” (2013: 31), o libertará dos seus fantasmas interiores. Compare-se a afirmação anterior com a seguinte passagem: “D. Diniz caminhava em silencio, e no aspecto melancolico do mancebo se divisava que uma profunda tristeza lhe consumia o coração, vendo-se como atado ao carro triumphal da mulher que pouco a pouco se convertêra em sua irreconciliavel inimiga” (Herculano, 1851: 160). Com base no texto do cronista, Herculano constrói o seu texto, com a arte exímia que o caracteriza: “Mil olhos se cravavam no infante D. Diniz, cujo rosto melancolico revelava que os seus pensamentos eram accordes com os do povo, que por toda a parte não via neste consorcio senão um crime e uma fonte de desventuras” (1851: 161).

Por outro lado, o texto do cronista é pródigo em detalhes, dando base ao relato do texto ficcional:

D'alli em deante foi chamada rrainha de Portugall, e beijarom-lhe a mão per mandado d'el-rrei quantos grandes no rreino avia assi, homêes como molheres, rrecebendo-a por senhora todallas villas e cidades de seu senhorio, afora o iffante dom Denis, posto que meor fosse que o iffante dom Joham, que nunca lh'a quis beijar: por a quall rrazom el-rrei dom Fernando lhe quisera dar com hũa daga, se nom fora Gill Vaasquez de Rreesende seu ayo e Airas Gomez da Sillva ayo d'el-rrei dom Fernando que desviarom el-rrei de o fazer; dizendo el-rrei sanhudamente contra elle que nom avia vergonça nêhũa beijarem a mão aa rrainha sua molher o iffante dom Joham, que era moor que elle, e isso mesmo o mestre d'Avis seu irmão e todollos fidalgos do rreino, e ell soamente dizer que lh'a nom beijaria, mas que lh'a beijasse ella a elle.

(Lopes, 1975: 216)

No conto de Herculano, a comparação explícita “Os lábios d’elrei tremeram como a superfície do mar encrespado para leve e repentina aragem que precede imediatamente o tufão”; é acentuada pela intertextualidade, no que se refere à rejeição do infante D. Dinis, que se nega a prestar vassalagem e submissão a Leonor Teles, e, por conseguinte, a reconhecê-la como rainha de Portugal:

Toda a comprida fileira de nobres e officiaes da corôa tinha passado e ajoelhado no estrado real. Faltava um: e era este, que, menospresando tantas frontes illustres por valor ou sciencia, por fidalguia ou riqueza, inclinadas perante ella, a mulher orgulhosa e implacavel esperava cogitando no momento em que o mancebo ainda impubere, sem renome, sem poderio, celebre só por seu berço e pelo desgraçado drama de D. Inez, viesse tributar homenagem á que representava um papel análogo ao daquela desventurada, salvo na sinceridade do amor e na innocencia da vida. [...]

Só faltava D. Diniz, que continuára a ficar immovel. Houve um momento de silencio sepulcral na vasta sala, e este silencio era para todos indefinido, mas terrivel.

D. Fernando poz-se a olhar fito para seu irmão, enleiado ao que parecia, em scismar profundo. [...]

Os lábios d’elrei tremeram como a superfície do mar encrespado para leve e repentina aragem que precede imediatamente o tufão. Depois entreabrindo-os, com os dentes cerrados, murmurou: «Infante D. Diniz, beija a mão á vossa rainha!» Foi um só volver de todos os olhos para o moço infante: o sussurro das respirações cessara.

D. Diniz não respondeu; encaminhou-se para o meio do aposento: parou defronte do throno, e olhando em redor de si, perguntou com sorriso de amargo escarneo:

«Onde está a rainha de Portugal?» [...]

«Nunca um neto de D. Affonso do Salado» – replicou o infante com apparente tranquillidade – «beijará a mão da que elrei seu irmão e senhor quer chamar rainha. Nunca D. Diniz de Portugal beijará a mão da mulher de João Lourenço da Cunha. Primeiro ella descerá desse throno e virá ajoelhar a meus pés; que de reis venho eu, não ella.»

«De joelhos dom traidor!» – gritou D. Fernando, pondo-se de pé e descendo dois degraus do estrado. – «De joelhos, vil parceiro de reveis sandeus!» [...]

«Vil é a mulher barregan e adúltera, e essa é ambas as cousas. Traidor seria um rei de Portugal que assentasse o adultério no throno, e vós o fizestes, rei deshonorado e maldicto de vosso Deus e de vosso povo! Quem neste lugar é o vil e o traidor?»

(1851: 166-171)

Este herói “descende da mais alta nobreza filho de um rei”, D. Pedro. “Seu nascimento foi precedido por grandes obstáculos” (Rank, 2015: 87) a sua mãe, Inês de Castro, foi assassinada, mas o divino, que decidiu o seu percurso existencial, acompanha a sua marcha, salvando-o de perigos maiores, gente humilde salva-o da morte certa “el-rrei dom Fernando lhe quisera dar com hũa daga, se nom fora Gill Vaasquez de Rresende seu ayo e Airas Gomez da Sillva ayo d’el-rrei dom Fernando que desviarom el-rrei de o fazer” (Lopes, 1975: 216).

Analisando o caráter do herói D. Dinis, como poderemos classificá-lo? Heroico ou orgulhoso? O orgulho desencadeia muitos males do espírito, é o exagero de amor-próprio, do egoísmo. Há um bom orgulho e um mau? O bom será a salvaguarda do bem-comum; o mau, o sentimento exacerbado, a defesa da honra, porque orgulhoso, que deixa de ser benéfico para se tornar doentio. O problema é identificar os limites do defeito não expurgado da alma. Ficamos mais serenos se atribuirmos o ato do infante à defesa do bem-comum, que, como verificamos com o decorrer da ação, era necessária. Sim, o infante D. Dinis foi um herói, a sua determinação ia para além do apego à vida física.

Como aponta Campbell, “estando além da vida, esses heróis também se acham além do mito” (2013: 338). “A função do mito consiste em possibilitar e, por conseguinte, em facilitar o salto” (2013: 338), o salto de dentro para fora de si, lutando contra os perversos, que se precipitaram no caminho do crime: “tendo sido criadas as condições para a meditação”, diz-nos Campbell, “o indivíduo é deixado consigo mesmo, sozinho. O mito não é senão o penúltimo nível; o nível último é a abertura – o vazio, ou ser, que se acha além das categorias – na qual a mente deve mergulhar sozinha” (2013: 255), D. Dinis estava abandonado à sua sorte, repudiado pelo irmão, mas não estava sozinho. Ainda que não percebesse, várias entidades estavam com ele, abrindo-lhe a porta da confiança, intuindo-o através da palavra amiga, amparando-o com gestos generosos e salutares para que ele aproveitasse a experiência no clima sagrado da aplicação dos princípios do bem, da verdade, da abençoada salvação.

No lado oposto ao miserável abandono a que D. Dinis fora atirado estava seu irmão, “o iffante dom Joham ficou com el-rrei e com a rrainha muito amado e bem quisto, porque, sendo o mayor no reino, sse oferecera de bom grado de beijar a mão da rrainha” (Lopes, 1975: 216-217). Assim aponta igualmente Herculano,

O infante D. João, porém, dobrando o joelho aos pés da formosa rainha, parecia trasbordar de alegria: contemplando-o, Leonor Telles deixou assomar aos lábios um daqueles ambiguos quasi imperceptíveis sorrisos que, vindos della, sempre tinham uma significação profunda.

(Herculano, 1851: 166)

A ligação do infante à rainha sedutora estava confirmada nos gestos, nos risos, na cumplicidade de almas afins, “ella em um palafrem branco, levado de redea desde a entrada da ponte pelo infante D. João, que familiarmente falava e ria com a formosa cavaleira” (Herculano, 1851: 160). O presságio do infortúnio assinalado pelo historiador “o infante D. João ligado com essa mulher, da qual este principe mal pensava então lhe viria a ultima ruina” (1851: 162). O que poderia ligar o jovem infante a uma mulher malquerida por todos? Interesses pessoais ou similitude de sentimentos? O desenrolar da história permite-nos confirmar que o infante D. João de Castro foi manobrado e seduzido pelas doces palavras de Leonor Teles, que necessitava de afastar do seu caminho todos aqueles que poderiam, de um modo ou de outro, travar a sua permanência do trono e impedir a sua governação, já que o rei era uma mera marioneta nas suas mãos. Por amor, D. Fernando concordava com todas as propostas, ou melhor, decisões vindas da rainha, na maioria levianas e até impiedosas.

D. João, a partir de certo momento, tornou-se um entrave à concretização dos planos da rainha, pois tinha-se enamorado de D. Maria Teles, irmã de Leonor, e casado com ela em segredo. Todavia, de acordo com a Crónica, a rainha conhece o terreno fértil da cobiça, da ambição e seduz o jovem infante com a possibilidade de este casar com a D. Beatriz, sua filha e de D. Fernando, tornando-se herdeiro do trono de Portugal, após o passamento do rei. A corrupção surte efeito numa alma gananciosa e ávida. É inventada uma suspeita de adultério, que o mancebo aproveita, sem escrúpulos, para eliminar o obstáculo em que D. Maria se tinha transformado e que o impedia de realizar o sonho que já tomava forma na sua mente. Uma ideia illusória cuja materialização terá consequências devastadoras e que, mais tarde, se transformarão em sofrimento e remorso na alma atormentada do jovem infante. Eis a narração do acontecimento, pela pena de Fernão Lopes:

Andou esta cousa muito encuberta, e o huso ameude per tempo, porque a puridade passava de dous, foi forçado que nacesse voz e fama que o iffante dormia com dona Maria e que era sua molher rrecebida; a quall se alargou tanto d' hũa pessoa em outra que o ouve de saber el-rrei e a rrainha: e desprougue muito d'ello a ambos, espicialmente aa rrainha, dizendo que ante a quisera veer casada com hũu simprez cavalleiro que com elle. [...] E o aazo por que aa rrainha desprazia d' esto muito era por quanto viia sua irmãa bem-quiste de todos e o iffante dom Joham amado dos poboos e dos fidallgos tanto como el-rrei; e penssava de sse poder aazar per tall guisa que rreinaria o iffante dom Joham e sua irmãa seeria rrainha, e ficaria ella fora do senhorio e rreinado, moormente nom sendo el-rrei bem saão, e mais geitoso pera durar pouco que viver perlongamente; assi que por estas e outras rrazões, veendo seu estado aazado pera montar

altamente, nom pode carecer da peçonha da enveja, e começou de mostrar aa irmãa peor tallante d'o que soya [...]. E durando assi per tempos, a rrainha nom perdia cuidado da fazenda do iffante e de sua irmãa, pensando todavia que per tall casamento se lhe poderia seguir desfazimento de sua honrra e estado; e pera desviar isto de todo ponto, aazou de fazer entender ao iffante que lhe prazeria de o veer casado com a iffante dona Beatriz sua filha; [...] dizendo que pois a Deus prazia de nom aver filho que herdasse o rreino depois da morte d'el-rrei seu senhor, que ante queria a iffante sua filha veer casada com elle que com o duque de Benavente que era castellaão; [...] nom podia o iffante penssar em outra cousa salvo como avia de casar com a iffante e seer quite de dona Maria per morte. [...] e d'antre todos nom se sabe quem, se da parte do iffante, se da parte dos outros, foi levantada hũa mui falsa mentira, que seu coração d'ella nunca pensara, dizendo que bem a poderia matar sem prasma, porque era fama que dormia com outrem, seendo sua molher rrecebida. E per aazo de taaes conselhos, jamais o iffante nom perdeo cuidado de casar com sua sobrinha e descasar-se de dona Maria per morte; [...] logo o iffante determinou em sua voontade de cedo a privar da presente vida.

(2007: 361-364)

A cobiça e o erro do infante D. João a sobreporem-se ao amor e à ternura da alma antes enamorada. Assassina a mulher para se habilitar ao trono do reino de Portugal. Até onde pode ir a perversidade de um homem obsidiado por uma ilusão dilacerante, preso num labirinto formado pelo seu próprio delírio? Ó agonía, ó cruel destino o de D. Maria “Jesu filho da Virge, acurre-me” (Lopes, 2007: 372), o grito dilacerante da criatura inocente, vítima da ganância do anti-herói, soterrado no túmulo da negação de si, do seu próprio destino. Rebelo afirma que “há nele qualquer coisa de animal e intuitivo na resposta à excitação exterior, que antecede de muito a sua capacidade de reflexão” (1983: 127). De facto, quando a matéria predomina sobre o espírito do indivíduo impossibilita a sua capacidade de reflexão, fazendo com que os seus pensamentos e atos sejam irracionais, imorais.

Irracionalidade e imoralidade levarão, inevitavelmente, à enfermidade do espírito e conseqüente remorso e sofrimento. Nas horas posteriores ao ato criminoso, o ser infeliz cai em si e reflete sobre a crueldade e injustiça praticadas contra a mulher que tanto amara. Ele, que apontara o dedo ao irmão D. Dinis, por este reconhecer a peçonha da rainha e a enfrentara com coragem e determinação, sabia agora até aonde conseguia ir aquela em quem confiara. O conflito interno manifesta-se de modo avassalador. Na realidade, era ele a fonte de tanta amargura, de tantas lágrimas, porque não soubera sobreporem-se ao orgulho, ao egoísmo e à ganância, deixando-se enlevar nas manobras da rainha. Entorpecido pela desventura, transportava no âmago da sua alma a culpa de um homicídio cruel, uma pesada bagagem que o acompanharia até ao final da sua existência.

7. O(s) anti-herói(s) na *Crónica de D. Fernando* e em “Arras por foro de Espanha”

É com o olhar do gatuno que ele mira tudo o que brilha, é com a avidez da fome que ele mede quem tem de comer em abundância, e anda sempre sorrateiramente em volta da mesa daqueles que oferecem. Através de uma tal cobiça, exprimem-se a doença e uma invisível degenerescência; a imensa avidez desse egoísmo revela um corpo doente.

Friedrich Nietzsche, *Assim falava Zaratustra*, 1998, p. 86.

Quantos são os imprevidentes, os ambiciosos, os orgulhosos, os injustos, os desonestos que são vítimas da sua fraqueza moral? Quantos seres humanos arruinados por falta de probidade, por mau comportamento em relação a si e aos outros? Quantas uniões fracassadas, infelizes foram motivadas pelos cálculos da vaidade, do interesse material, das ‘douradas’ ilusões, sem que nunca fosse ouvido o ‘coração’, ou melhor, a razão. A natureza dos males que afligem o ser humano é motivada pela ignorância da sua essência e do objetivo que a sua existência material perspetiva. Esse conhecimento, que o faz lutar para ser um ‘homem de bem’, influencia positivamente o seu modo de pensar e o seu agir, reduzido as possibilidades das quedas no infortúnio, que o colocam nas zonas negras do ‘homem mau’.

Temos de ter em conta que, como diz Teresa Amado, “os «bons» e os «maus» não estão sempre todos do mesmo lado, porque os interesses e as emoções não permitem à realidade que ela se desenrole de maneira regular ou sequer previsível” (2007: 26). As sociedades não deviam fomentar a divisão de si próprias, separando ‘bons’ e ‘maus’, mas despertar os seus cidadãos para o labor de união entre aqueles que já alcançaram, através de meritório trabalho individual, a compostura de quem compreende e age conforme à ética e à moral, em suma ao bem, e aqueles que ainda nem sequer conseguem distinguir os valores. É certo que maldade e perversidade ainda continuarão, por vastos anos, a fazer parte das características dos seres humanos, no que respeita a pensamento e atitude, todavia é imprescindível convir que a questão sobre os ‘maus’ vai paulatinamente sendo objeto de novas interpretações. Só faz o mal quem ainda não conhece o bem, salvo raras exceções, porque todo aquele que faz o bem é feliz e todos querem ser felizes. Não devemos cruzar os braços ante a maldade humana, mas somos todos convidados a refletir sobre a nossa posição, que nos indica que não muito longe no tempo estávamos ainda demorados nas zonas inferiores do caminho. A humanidade deve juntar-se contra o crime, mas auxiliar, sempre que possível, aquele que caiu nas suas malhas tenebrosas. O trabalho a favor do bem jamais cessa e nele o herói gravará a própria vitória. Cabe-lhe, na luta contra os ‘vilões’, dar

exemplo edificante para que as testemunhas que acompanham os seus feitos o sigam rumo ao grande futuro.

No prosseguimento do nosso estudo sobre a figura do herói, encontramos o seu oposto – o duplo –, nas personagens D. Fernando, Leonor Teles e, no conto de Herculano, Fr. Roy. Estas são, na nossa opinião, as figuras que mais se conformam com o conceito de anti-herói, em cujo caráter predomina o egoísmo, o orgulho, a vingança, a raiva, o ódio, a inveja, a cobiça e outras maleitas morais que medram na alma como silvas, se o ‘jardineiro’, cada um de nós, não for implacável.

Ao longo da crónica de Fernão Lopes vamos descobrindo o caráter de D. Fernando, um rei “fraco, hesitante, pondo a sua ambição e vaidade pessoais acima do interesse do reino, descuidado com a justiça, causador de conflitos militares sem a capacidade de os resolver, cometendo erro após erro” (Amado, 2007: 81). De facto, Fernão Lopes aponta os erros de governação, nesta passagem da crónica “foi gasto de muita multidom de prata por a mudança das moedas que el-rrei fez para satisfazer aas grandes despesas dos sollidos e pagas das cousas necessarias aa guerra” (Lopes, 1975: 187). Mais à frente diz o cronista, “todo sse gastava que nom ficava nẽhũa cousa pera deposito, e mais todo o ouro e prata que el-rrei achara entesourado: assi que ell danou muito sua terra” (Lopes, 1975: 191). Foram, por má gestão e orgulho do rei, criadas condições para aumentar o descontentamento social, e o desequilíbrio entre nobres e pobres, acentuando-se nestes a fome, a miséria. Apontamos aqui a ‘dívida’ moral contraída pelo governante, que não providenciou pelo bem-estar material e emocional dos governados, ação que pesará na sua economia moral, grande responsabilidade para o espírito.

Regressando ao conflito, que gerou o motivo de discórdia na sociedade portuguesa de Quatrocentos, este tem início quando D. Fernando encontra Leonor Teles em casa de sua meia-irmã Beatriz de Castro¹⁹, “filha que fora de dona Enes e d’el-rrei dom Pedro seu padre” (Lopes, 1975: 198), a quem visitava regularmente. Leonor estava a passar uns dias com sua irmã Maria Teles, que “andava em casa da iffante e sua morador” (Lopes, 1975: 199). D. Maria tinha entrado na corte da infanta, como aia, depois que enviudara do fidalgo Álvaro Dias de Sousa. O rei apaixona-se perdidamente pela beleza física de Leonor, tornando-se

¹⁹ Sobre a relação do rei com a sua irmã, Fernão Lopes afirma que “nom avia rrainha nem outra iffante por estonce a cuja mercee se ouvessem d’acostar: e por afeiçom mui continuada, veo nacer em elle tall desejo de a aver por molher que determinou em sua voontade de casar com ella, cousa que até aquel tempo semelhante nom fora vista.”, Lopes, 1975, p. 198.

vítima de obsessão doentia, que não avalia os meios para atingir o fim. A partir desse instante perde o controlo das suas faculdades intelectivas:

Todo llos sabedores concordavom que todo homem namorado tem hũa especia de sandice e esto por duas rrazoões; a primeira, porque aquello que em algũus he causa intrinseca das outras maneiras de sandice he em estes causa de taaes amores: a segunda porque a virtude extimativa, que he emperatriz das outras potencias da alma acerca das cousas senssivees, he tam doente em taaes homẽes que nom julga o ogeito da cousa que vee tall quall elle he mas tall quall a elle parece; ca ell jullga a ffea por fremosa, e aquella que traz damno seer a elle proveitosa; e portanto, todo juizo da rrazom he sovertido acerca de tall ogeito, em tanto que quallquer outra cousa que lhe consselhem poderá bem rreceber, mas quanto acerca de tall molher a elle prazivell, cousa que lhe digam de boom consselho nom rrecebe, sse o consselho he que a leixe e nom cure d'ella, ante lhe faz hũu acrecentamento de door que he fora de todo boom juizo; de guisa que se he tall pessoa o que o consselhou de que possa tomar vingança, toma-a, assim como fez el-rrei dom Fernando, que mandou fazer justiça em algũus do seu poboo.

(Lopes, 1975: 220-221)

O rei que “amava justiça, e era prestador e graado, muito liberall a todos” (Lopes, 1975: 3), que bem queria ao seu povo e o protegia, decretando leis justas e inovadoras, tendo em conta a defesa e o desenvolvimento do reino, modificava os planos de governação até aí construídos na base da lealdade e da confiança, anulando o tratado de matrimónio celebrado com o rei de Castela, D. Henrique, que lhe entregaria a infanta D. Leonor, sua filha. Este casamento contribuiria para reforçar o património material do reino e a sua anulação inviabilizou esse contributo. Apesar da quebra de compromisso, o rei português manda entregar as terras que faziam parte do acordo de núpcias a D. Henrique, a fim de reforçar a relação de amizade que os unia. Novo prejuízo para os cofres do reino e mais um motivo para aumentar o descontentamento da corte que irá instar ao motim que se construía em surdina.

Com a quebra do tratado de casamento com a infanta castelhana confirmada, D. Fernando embrenha-se na união dramática com Leonor Teles, com graves consequências para si e para os que tinha à sua responsabilidade, tendo o drama atingido o auge nas mortes injustas que se verificaram. A confirmar a falha moral da personalidade do rei, afirma Teresa Amado:

Se Fernão Lopes se encarregou muitas vezes de, directamente ou pela ficção de uma personagem, denunciar as culpas do rei, não foi menos pródigo nas insinuações que deixou no texto de o seu principal vício de carácter ser a fraqueza, que Leonor Teles, essa sim, perversa, soube explorar enquanto ele viveu.

(2007: 83)

Também Herculano aponta, no seu conto, os equívocos de D. Fernando, que o colocam na posição de anti-herói, “este príncipe, que seria um dos melhores monarcas portugueses, e que a muitos respeitos o foi, deixou na historia, quasi sempre superficial, um nome deshonorado” (1851: 62-63). Noutra passagem, acerca da quebra de compromisso com a filha do rei de Castela, aponta o historiador “o repudio da infante de Castella, cujo casamento com elrei ajustado e jurado, este desfizera com a levesa que se nota como defeito principal do character de D. Fernando” (1851: 63). Assim, a união conjugal que D. Fernando tanto tinha desejado era a causa maior da revolta popular que se seguiria, afastando-o da prática das leis naturais da sociedade e do progresso, leis estas que obedecem ao imperativo categórico do desenvolvimento das potencialidades intelectuais e morais dos seres que constituem as sociedades humanas.

O adultério atribuído a Leonor Teles, por ser casada com João Lourenço da Cunha aquando do início do relacionamento com o rei, que tinha sido a causa de revolta popular e das ocorrências amargas que ela desencadeou, viria a repetir-se mais tarde, com o conde de Andeiro. Esta relação infiel pressentida pela personagem do Rei, em Herculano “oh Leonor, Leonor! serias a mulher mais perversa se um dia me atraçoasses” (1851: 89). D. Fernando sofria no íntimo a consequência da lei de causa e efeito, não podia fugir às consequências dos seus atos, pois “quando um coração insiste em seguir o seu destino, resistindo às recomendações generalizadas para que se abrande, a agonia é grande” (Campbell, 2013: 224), mas para o rei não interessava mais o sofrimento ou a morte, pois a sua infelicidade jamais se alteraria.

Na ficção de Herculano, a expressão “lavar em sangue a tua e a minha injúria” manifesta a mente desequilibrada do rei que, constrangido pelo desenrolar da ação, exige vingança e aniquilação dos seus opositores:

A futura rainha de Portugal terá o seu desaggravo: as linguas que te offenderam calar-se-hão para sempre: os corações que te desejaram a morte deixarão de bater. No meu throno, até aqui de mansidão e bondade, assentar-se-ha a crueza. Com Judas o traidor seja eu sepultado no inferno se faltar ao juramento que te faço de lavar em sangue a tua e a minha injúria.

(1851: 93-94)

Tão próprio do homem arreigado às paixões terrenas é a manifestação do seu orgulho possante; o conflito entre o bem e o mal, o lado racional *versus* o irracional, no qual revela a bagagem sombria do ego, que o leva a agir com emoção e não com a razão. Estas são ciladas que a personagem anti-herói acolhe e desenvolve no seu coração, dando vazão a

impulsos doentios que emergem da zona tenebrosa do *id*, que a teoria psicanalítica de Sigmund Freud aponta como complexo comportamental do ser humano, induzindo-o a atos criminosos. Num tempo que não tardaria, quando o remorso do mau agir lhe afligisse os recônditos da alma, talvez o seu pensamento fosse semelhante a este:

Tomei o sofrimento por prazer. As miragens que aparecem no deserto confundi com águas reconfortantes. Alcancei delícias e obtive desgraças. Poder real e posses terrenas, riqueza e poder amigos e filhos, esposa e seguidores, tudo o que encanta os sentidos: quis tudo isso, pois julgava que me traria beatitude. Todavia, no momento em que tudo era meu, sua natureza mudou, tornando-se um fogo abrasador.

(Campbell, 2013: 197)

D. Fernando, após a experiência negativa pela qual passou, cai em si e na dor profunda do arrependimento, do remorso, ao verificar que a sua vida fora desperdiçada, perturbada pela ilusão de um amor não correspondido, gastara as suas forças em causa vã, efêmera, permitira que a mulher que amava lançasse sobre ele a vergonha de uma nova relação adúltera, desta vez com o conde de Andeiro: “acerca disse hũu dia a hũu de seu conselho, como se rreprendia de teer casado com ella; o outro rrespondendo disse: «Isto foi por vossa culpa e por vós averdes voontade de o fazer, mas nom por vós nom seerdes conselhado per muitos que o nom fizessees»” (Lopes, 1975: 223-224). O rei sabia agora que o mal que o vergastava era decorrente das suas ações, consequência do seu agir. A sua alma estava agora consciente da realidade. Como ensina Joseph Campbell, “A alma, após a morte, gravita para o nível apropriado à sua densidade relativa, para digerir e assimilar todo o sentido de sua vida progressa. Aprendida a lição, ela retorna ao mundo, a fim de preparar-se para o próximo grau de experiência” (2013: 354). Assim é, a alma depois de abandonar o corpo físico vai para o espaço com o qual se afiniza. Se agiu de acordo com a ética e a moral será acolhido pelo seu anjo guardião e encaminhado para espaços de trabalho e estudo. No mundo espiritual aprenderá bastante, a fim de preparar-se para regressar ao mundo físico, com novas provas, novas experiências. É assim que, paulatinamente, percorre todos os níveis de aprendizado até se tornar perfeita. Tal como o sol faz nascer um novo dia, o conhecimento da sua natureza e a finalidade que a palingenesia perspetiva renova na alma a coragem, que, com a humildade necessária, aceita os conselhos fraternos dos que sabem mais do que ela, quando tem possibilidade para tanto, colabora no novo plano de vivência material e regressa, convicta que tudo fará para evoluir. Este é o propósito de todos nós, ninguém (re)nasce para

fazer mal. Quando todos obtivermos este conhecimento não haverá mais anti-heróis, porque todos estão trabalhando em prol do bem, da verdade, da beleza.

A beleza física assemelha-se a uma miragem, porque efémera, transitória, uma experiência que muitas vezes leva o espírito à queda no abismo da dor e da amargura. Por causa dela, pelo encantamento, ou antes pela obsessão dos imprevidentes, muitos tormentos aconteceram ao longo da história dos povos. A verdadeira beleza é a da alma bem formada, da criatura que se compadece perante o desastre do seu semelhante, que supre as carências de toda a ordem aos que acompanham a sua jornada e não possuem meios de subsistência. A vivência ética, que eleva e engrandece, esta é a que realmente conta para o progresso do ser humano e faz herói o homem.

Tanto Fernão Lopes como Alexandre Herculano revelaram, na sua passagem pela Terra, qualidades morais de grande envergadura. Ambos se dedicaram à sua arte com grande empenho e devoção. Os traços que identificam e aproximam os historiadores são o rigor, a honestidade, a forma erudita e bela, que cativam o leitor que procura no passado histórico, individual e coletivo, forma de progresso pessoal, quer seja moral, quer seja intelectual. Que a sinceridade dos autores é um dado confirmado não há dúvida, mas essa sinceridade não afasta a subjetividade natural do ser humano, com afeições e antipatias por este ou por aquele semelhante, motivadas pela similitude de pensar e de agir.

Quando Herculano, em “Arras por foro de Espanha”, apresenta a personagem, Leonor Teles, que identificamos conforme ao arquétipo de anti-herói, revela na sua descrição que era pouca a simpatia que nutria por ela, reconhecia a sua formosura externa, todavia o seu caráter não teria idêntica beleza. O excerto a seguir transcrito, em que o autor apresenta uma comparação explícita, segundo a qual a fronte de Leonor é “como as vesículas peçonhentas das fauces d’uma víbora”, é bem esclarecedor do que nos parece ser esse sentimento (independentemente do facto de o autor também estar a desenhar a figura de que necessitava para o enredo criado):

O mais esperto physionomista difficulosamente adivinharia a negrura d’alma que se escondia debaixo das puras e candidas feições de D. Leonor, se não fossem duas rugas que lhe desciam da fronte e se uniam entre os sobr’olhos, contrahindo-se e deslizando-se rapidamente, como as vesículas peçonhentas das fauces d’uma vibora.

(Herculano, 1851: 85)

Por outro lado, eis como o cronista descreve Leonor Teles:

Esta rainha dona Lionor, ao tempo que a el-rei tomou por molher, era bem manceba em fresca hidade e iguall em grandeza de corpo; avia loução e gracioso geesto e todallas feições do rrostro quaaes o dereito de fremosfera outorga, tall que nêhũa por estonce era a ella semelhavell em bem parecer e dulcidom de falla, sofrendo-nos porém de a prasmarm d'algũuas cousas em que nom onesto e muy soltamente fallarom. Ouve grande e vivo entendimento por afortellezar seu estado, tragendo a seu amor e bem-querença assi as grandes pessoas como as pequenas, mostrando a todos leda conversaçom, com graada prestança e muitas bem-feiturias.

(Lopes, 1975: 227)

Em Fernão Lopes a dicotomia também se coloca, pois, em simultâneo, ela pode ser o anjo (ainda que só em aparência) e o demónio. Apesar da crítica que a personagem possa ou não despertar, no que concerne à sua caracterização, não pode ser esquecido o facto de o cronista estar ao serviço da corte, e mesmo assumindo que não faltava à verdade nos seus escritos podia tornear algumas questões. Na nossa opinião, era legítimo fazê-lo, pois, na verdade, uma entidade não é totalmente boa ou totalmente má. A dicotomia acontece nos caracteres humanos e desaparece paulatinamente, na medida em que o progresso individual intelectual e moral se efetiva.

Assim, por um lado, Leonor é a “lavrador de Venus” (1975: 230), é, ainda, a personagem que mais força revela, aquela que mercê de uma vontade indomável, tudo e todos controla e domina, não só o rei, seu marido, ou o infante D. João de Castro, como também todos os nobres que se colocam ao seu serviço, em subserviência, a fim de serem beneficiados com suas oferendas e cargos importantes.

Por outro lado, também são referidos outros aspetos que a poderiam afastar do perfil do anti-herói, nomeadamente, uma vertente caritativa (ou pseudocaritativa): “era ainda de muita esmolla e muito caridosa a todos, mas quanto fazia todo danava” (Lopes, 1975: 230). Tal como na parábola da figueira seca, símbolo das pessoas que aparentam o bem, mas na verdade nada produzem de bom, assim era Leonor. Analisados os factos que levaram à ação benemérita, pouco proveito arrecadava, pois, a caridade material que fazia humilhava quem a recebia. A caridade que mais proveito tem é a desinteressada, que faz o bem sem esperar recompensa, ou reconhecimento público, ainda que mínima conta, como no óbolo da viúva, que dava o que lhe fazia falta. A caridade barulhenta, que ‘toca o sino’ antes do ato, para que todos possam ver, provoca frio e indiferença, por ter segunda intenção.

Se as dádivas de Leonor fossem sinceras podia ter conquistado não só a simpatia dos seus semelhantes como a homenagem e o reconhecimento da sua generosidade, mas a rainha ocultava os seus verdadeiros sentimentos, simulava uma bondade que não possuía, a fim de dominar os que a rodeavam, ‘comprando-lhes’ o afeto e a gentileza. Substituía a realidade

por uma mentira que lhe era favorável, como diz Otto Rank “a mentira fantasiosa é parente próxima da loucura” (2015:147), uma “loucura” que a isolava da bem-aventurança do ombro amigo, e lhe fazia crescer a amargura e a solidão. O efeito das suas ações seriam os dissabores que iria experimentar quando foi presa e levada para Castela “pera a poer no mosteiro de Outerdesilhas” (Lopes, 2017: 156).

Novamente o conto de Herculano acentua múltiplos vícios de personalidade: “esta mulher ambiciosa e audaz parecia duvidar da realidade da sua elevação. A alma sorria-lhe a mil esperanças; a vida trasbordava nella. A seu lado um rei, a seus pés um reino! Era mais que embriaguez; era delirio” (1851: 164). O egoísmo, a maldade, a vingança, arrebatam a alma que se deixa seduzir pelos ‘dourados’ da existência: o poder, o prazer de subjugar o outro. Como proferia Zaratustra: “odeiam-te os bons e os justos, e dizem que tu és seu inimigo e os desprezas; odeiam-te os crentes da verdadeira fé e chamam-te um perigo para a multidão” (Nietzsche, 1998: 22). Assim acontece porque o mau agir atrai a si a pouca simpatia e, em alguns casos, o ódio dos companheiros de uma jornada que ainda não é semelhante à do herói, o modelo, o arquétipo da perfeição. A natureza não dá saltos, o conhecimento e a moralidade são conquista progressiva do espírito. Aquele que sabe quem é e qual o verdadeiro objetivo da existência, reflete sobre o seu comportamento e olha para dentro de si, analisa as suas capacidades, as suas imperfeições, como estas podem ser limadas e, a partir desse processo, constrói, com o seu suor e as suas lágrimas, um ser humano mais digno e nobre.

Herculano faculta-nos a compreensão do foro psicológico da rainha, “O carater atroz e dissimulado de Leonor Telles, tão bem pintado por Fernão Lopes, e os factos que provam a sua influencia sem limites no animo daquelle principe, não poderá esquivar-se a vehementes suspeitas sobre os motivos, que n’um romance nós damos como reaes” (1851: 209).

No romantismo de Herculano encontramos o arquétipo da mulher-anjo, símbolo da bondade, pureza e virtude. A beleza do corpo físico e do espírito confundem-se, porque entre eles há harmonia, nobreza. O corpo físico é belo, quase alado, subtil; a essência é cristalina, pura. Exemplo de personagens femininas românticas de Herculano que se enquadram neste arquétipo de mulher, que se pautam pela retidão de caráter, pelos valores morais que as elevam à condição divina, são Hermengarda, da obra *Eurico, o presbítero*, Beatriz, de *O Monge de Cister*, ou Dulce, de *O Bobo*. No conto “Arras por foro de Espanha”, Leonor Teles

representa o arquétipo da mulher-fatal, que seduz, ilude e engana utilizando os atributos físicos para obter a satisfação da sua vontade manipuladora. A comparação implícita da sua imagem ao composto monstruoso de anjo e demónio é aparente, na frase: “A imagem de Leonor Telles lhe apparecia como composto monstruoso de vulto d’anjo e de olhar de demonio”, ou em “como um simulachro das virgens”. Contudo, para D. Fernando ela era somente o anjo que tinha descido à Terra para tornar-lhe a existência mais harmoniosa e encantadora:

Elrei, com a mão esquerda pendente sobre os joelhos, deixava-se ir ao som das idéas tenebrosas que lhe ofuscavam o espirito, e que protraídas o levariam bem proximo das raias da loucura. A imagem de Leonor Telles lhe apparecia como composto monstruoso de vulto d’anjo e de olhar de demonio. Um amor infinito o arrastava para essa imagem; o horror o affastava della. Via-a como um simulachro das virgens, que, na infancia, imaginava ao ouvir ler ao bom aio Ayras Gomes as lendas das martyres; mas logo cuidava ouvi-la dar risada infernal passando por cima das ruinas da cidade deserta. O patibulo e os delírios amorosos; o cheiro do sangue e o halito dos banquetes se lhe misturavam no senso intimo: e o pobre monarca, nos seus desvarios, perdêra a consciencia do logar, da hora e da situação em que se achava naquelle terrivel momento. Mas um beijo ardente, dado nessa mão que tinha estendida, e lagrymas ainda mais ardentes que a regavam, foram como faisca electrica revocando-o á razão e á realidade da vida. A commoção indizivel e mysteriosa que sentira fez-lhe abaixar os olhos: a rainha estava a seus pés: era ella quem lhe cobria a mão de beijos e lh’a regava de lagrymas. D. Fernando affastou-a suavemente de si: ella alevantou o rosto celeste orvalhado de pranto: era de feito a imagem de uma das martyres que elle via no seu imaginar da infancia. D. Leonor ergueu as mãos supplicantes com um gesto de profunda angustia: então era mais formosa que ellas.

(Herculano, 1851: 199-200)

Em virtude da tirania da alma doente, a alteridade sobrepunha-se à índole de bondade e nobreza que construía em torno da sua imagem. O superego derrubava-a do pedestal que edificava na mentira, no sofrimento, na desgraça:

Rei de Portugal, és tu que deve lembrar-te quando o dia da vingança chegar. Então cumprirá que os traidores e vis te vejam montado no teu ginete de guerra. Hoje não podes senão deixar entregue á sua sorte o nobre D. João Affonso e os senhores que são com elle; mas não te esqueça que se o seu sangue correr, todo o sangue que derramares para o vingar será pouco, como serão poucas todas as lagrymas que eu verterei sem consolação sobre os seus veneráveis restos. Combateres? Ajudado por quem, n’uma cidade revoltada? [...] muitos dos teus ricos-homens estão conjurados contra ti: teu proprio irmão o está. [...]

O furor e o despeito revelavam-se nas faces e labios esbranquiçados da adúltera, e a afflicção e o temor comprimidos n’uma lagryma que lhe rolou insensivelmente dos olhos. Era uma das rarissimas que derramára na sua vida.

Elrei tinha-a escutado immovel. Desacostumado a ter vontade propria, desde que (como dizia o povo) esta mulher o enfeitiçára, ainda mais uma vez cedeu da sua resolução, se não de homem cordato, ao menos de valoroso.

(Herculano, 1851: 119-120)

Muitas são as ‘doenças’ da alma que são efeito dos excessos de toda a ordem. Por causas vãs, os seres humanos deixam que se desenvolva o egoísmo, o orgulho, a cobiça, a ganância, defeitos morais que ressecam o coração. À frente, colhendo o que se plantou, surgem as aflições, as dores, os remorsos de quem não sabe aproveitar as experiências que o mundo material lhe faculta a fim de aprender a agir de forma benevolente, bondosa, fraterna. A quem se devem todos os infortúnios que atingem o espírito senão a ele próprio? Ele é, na maioria dos casos, o autor dos seus padecimentos, mas em vez de reconhecer a sua natureza, o seu caráter, atribui a sua causa aos outros, porque menos humilhante para a sua vaidade. Sempre que acusa a falta de oportunidade ou a sua pouca sorte, quando não acusa o Criador, perde a possibilidade de efetuar em si a transformação que a existência objetiva.

A epígrafe deste capítulo caracteriza na perfeição a personagem ficcional, do conto de Herculano, Fr. Roy Zambrana, o beguino, espião e traidor, que se enquadra totalmente no perfil do anti-herói: “é com o olhar do gatuno que ele mira tudo o que brilha, é com a avidez da fome que ele mede quem tem de comer em abundância” (Nietzsche, 1998: 86), assim é a alma do invejoso que cobiça o que não tem. A inveja é uma enfermidade destruidora, nascida do egoísmo, nem sempre identificada por aquele que a acolhe no seu íntimo; atrai a si grandes calamidades morais e destrói os laços de solidariedade e de comunhão com os semelhantes. A inveja e a cobiça são como punhais que dilaceram, sobretudo, aqueles que as alimentam.

Assim é também aquele que tenta iludir os demais usando a bajulação fácil, a fim de alcançar benefícios materiais. Estas são características do anti-herói que induz as almas menos atentas, com o objetivo de tirar proveito para si próprio, como aponta Campbell, “o ego inflamado do tirano é uma maldição para ele mesmo e para o seu mundo” (2013: 25).

Neste excerto do conto de Herculano, Fr. Roy quer ganhar a confiança dos presentes, uma vez obtida, irá traí-los nos ideais de justiça e de fraternidade:

Digo por linguagem – acudiu o beguino – que ninguém como mestre Fernão Vasques é homem de cordura e sages para ámanhan fallar a elrei aguisadamente sobre o feito do casamento de Leonor Telles, do mesmo modo que ninguém leva vantagem do petintal Ayras Gil em ousadia para fugir ás galés de Castella e doestar os bons servos da igreja.

(1851: 60)

Para o anti-herói não há repouso possível, os seus fantasmas, os seus defeitos de personalidade mesquinha, perseguem-no, a sua mente torturada oculta os seus verdadeiros sentimentos a fim de, com os seus cúmplices, espalhar o ódio e o despeito que nutrem pelos

que – ele sabe – são superiores a si em qualidades morais. Utilizam, muitas vezes, a lisonja mentirosa para exaltar os corações desatentos com a finalidade de colher dividendos para si próprios:

Fr. Roy era também, como Ayras Gil, um idolo popular, e a má vontade que parecia haver entre o beguino e o petintal nascêra da emulação; de uma duvida cruel sobre a altura relativa do throno de encruzilhada, do throno de lama e farrapos, em que cada um delles se assentava. Se, pois, aquella multidão não estivesse persuadida da superioridade intellectual de Fernão Vasques, a opinião desses dois oraculos lhe teria deixado a menor duvida sobre isso. Todavia, nas palavras de ambos havia um pensamento escondido; pensamento de odio que nascêra um dia, e n'um dia lançára profunda raízes nos corações de ambos.

(Herculano, 1851: 61)

O anti-herói não possui no seu património moral as qualidades que necessita para despir a couraça dos impulsos primários do seu coração, possui, além dos funestos sentimentos já identificados, a avareza. Infeliz criatura, que, se pudesse, reduzia tudo e todos à mediocridade que o caracteriza, como indica Campbell ele “é o monstro ávido por vorazes direitos do ‘meu e para mim’” (2013: 25).

O beguino professava a pobreza, aparentemente, porque na realidade os votos de carência material não encontravam eco no seu modo de pensar e de agir:

D. Leonor tirou do largo cincto, com que apertava a airosa cinctura, uma bolça de ouropel, e atirou com ella aos pés do beguino, que, de mãos cruzadas sobre o peito e os olhos semi-abertos cravados na abobada do aposento, parecia extatico e engolfado nos pensamentos sublimes do ceu.
«Vinte dobras de D. Pedro por teu soldo, eremita: vinte pelo teu silencio. O resto da recompensa te-lo-has um dia, se a adultera atravessar triumphadora o portal por onde vae sahir fugitiva.»
O rir affavel de que estas palavras foram acompanhadas fizeram correr um calafrio pela medulla espinal do beguino, cujas pernas vacillaram. Mas o contacto das quarenta dobras, que uniu immediatamente ao peito debaixo do escapulario, lhe restituiram o vigor natural.

(Herculano, 1851: 85-86)

No carácter do ímpio é normal encontrarmos a ambição, a avareza e a vaidade, porque o seu raciocínio ainda se inclina para o predomínio materialista, a sua condição primária, e, porque ainda não reconhece a sua natureza de alma em aprendizagem, manifesta nas suas atitudes vícios de toda a ordem. Somente aqueles que já atentam nos benefícios de uma conduta moralizada são suscetíveis de produzir vantagens, ao nível ético, para si mesmos e para os outros. Como declara Campbell,

O ego inflado do tirano é uma maldição para ele mesmo e para o seu mundo – pouco importa quanto seus negócios pareçam prosperar. Auto-ateorizado; dominado pelo medo, alerta contra tudo, para enfrentar e combater as agressões do seu ambiente – que são, primariamente, reflexos dos incontroláveis impulsos de aquisição que se encontram em seu próprio íntimo –, o gigante

da independência autoconquistada é o mensageiro do desastre do mundo, muito embora, em sua mente, ele possa estar convencido de ser movido por intenções humanas.

(2013: 25)

O quadro seguinte reflete a mente perversa do religioso, que se aproveita da boa-fé dos outros, recolhendo informação preciosa para, em troca, extorquir avultada quantia ao rei. De realçar a comparação implícita com que o autor caracteriza o impulso de Leonor “similhante a tigre descoberto pelos caçadores nos matagaes da Asia”:

Fr. Roy alevantou devagarinho a cabeça, assentou-se no bofete e poz-se a escutar: depois saltou para o chão, apagou a lampada que ardia no meio da casa, chegou á porta, escutou de novo alguns momentos, manso e manso encaminhou-se para a torre da sé da banda do norte, e, como um fantasma, desapareceu cozido com a negra e alta muralha da cathedral. [...]

De repente um vulto chegou debaixo da janella e bateu as palmas com um som sumido. O vulto que chegára subiu rapidamente, e ambos desapareceram através dos corredores e aposentos do paço. [...]

Por fim o reposteiro ondeou d’alto a baixo e franziu-se ao meio: mão alva de mulher o segurava. [...] A dama atravessou vagorosamente a sala e foi sentar-se em um estrado de altura de palmo. O homem que passeava assentou-se. Fr. Roy, que o leitor já terá conhecido, ficou ao pé da porta por onde entrára, com a cabeça baixa e em postura abeatada.

«Aproxima-te, beguino!» – disse com voz trémula elrei; porque era elrei D. Fernando o homem que se assentára.

Fr. Roy deu uns poucos de passos para diante.

«Que há de novo?» – perguntou elrei.

«O povo cada vez está mais ãlvorotado, e jura falar rijamente ámanhan a vossa senhoria. Mas essa não é a peor nova que eu trago!»

«Fala, fala, beguino!» – acudiu elrei, estendendo a mão convulsa para o eremita.

«É que ámanhan, em quanto vossa senhoria estiver em S. Domingos, o paço será accommetido. Pretendem matar...»

«Mentes, frade!» – gritou a dama, erguendo-se do estrado de um salto, similhante a tigre descoberto pelos caçadores nos matagaes da Asia. – «Mentes! Podem não me querer rainha: mas assassinar-me! Isso é impossível. Amo muito o povo de Lisboa; tenho-lhe feito as mercês que posso, para que elle haja de me odiar assim de morte.

(Herculano, 1851: 74-79)

Em todos os recantos, o anti-herói, que nada mais enxerga do que o lado material da jornada transitória, aproveita a ação espontânea da massa popular, a fim de espalhar o veneno mortífero da má-língua, estabelecendo lutas e ruínas,

«João Lourenço Bubal» – disse o espia sem se alterar – «é um dos revoltosos e a maior parte dos homens d’armas e bésteiros do alcaide-mór eram na taberna de Folco Taca os mais furiosos contra a que elles chamam... «... A adúltera:» – prosseguiu Fr. Roy acabando a phrase, porque ainda a devia, e era escrupuloso e pontual no desempenho do seu ministério.

(Herculano, 1851: 82-83)

Alexandre Herculano utiliza como recurso linguístico a ironia, que tem a finalidade de dizer o contrário do que se afirma, “era escrupuloso e pontual no desempenho do seu ministério” (1851: 83). O ministério do beguino era a ordem religiosa, que tinha como

objetivo o desapego das coisas da Terra e a elevação da alma na santidade; mas a santidade que o frade afirmava possuir estava cheia de trevas abomináveis, nevoeiros tremendos que revelavam a sua baixa moral. Personagem caricata, Fr. Roy reflete a opinião de Herculano sobre alguns dos membros da igreja, que, sob o manto da santidade, tudo subvertem, sobretudo o catolicismo. O manto da santidade que oculta um coração em desequilíbrio, Fr. Roy, o ‘alter ego’, surge no campo da revolta popular como o herói, que nunca seria:

Mas no meio do susto geral apparecêra um heroe. Era Fr. Roy. Ou fosse imprudente confiança no cargo occulto que lhe dera D. Leonor; ou fosse robustez d’animo, ou fosse finalmente a persuasão de que o habito de beguino lhe serviria de broquel, longe de recuar ou titubear, correu para a quina da rua d’onde rompia o ruído voltou-se para o povo, e curvando-se com as mãos nas ilhargas, desatou em estrondosas gargalhadas. Tudo ficou pasmado; mas vendo e ouvindo o rir descompassado do eremita, o povo começou a refluir para a praça. Aquellas risadas produziam mais animo e enthusiasmo que os *quarenta seculos vos contemplam* de Napoleão, na batalha das Pyramides. Os amotinados recobriram n’um instante toda a anterior energia.

(Herculano, 1851: 103-104)

Na frase “Aquellas risadas produziam mais animo e enthusiasmo que os quarenta seculos vos contemplam de Napoleão, na batalha das Pyramides” Herculano recorre a uma hipérbole, para definir de forma dramática o agir de Fr. Roy, que nada mais enxerga além das vantagens materiais da jornada transitória, sempre pronto a destacar-se nos círculos do bem e da beleza que não lhe pertence, raramente reconhecendo os erros que comete. Fr. Roy caminhava no sinistro clarão que, à sua passagem, tudo incendeia; ele era o portador de destroços e lágrimas, sem abandonar a convicção que aquela era a jornada da salvação, se não a dos companheiros de luta, pelo menos a sua.

A terminar, impõe-se uma reflexão sobre a personagem D. Fernando. Foi anti-herói, ou herói? Foi mero joguete nas mãos de Leonor Teles ou vítima das situações que ele próprio criou? Sabia estar ele sob a influência da alma viciosa, ambiciosa de Leonor, mas os céticos que não o consideram herói, atribuem o seu proceder à loucura, à paixão doentia. Atribuem ao seu espírito infortunado a fragilidade e a indecisão que o homem comum pode sentir, mas que impedia o rei de manifestar em momento algum da sua jornada. De acordo com os textos analisados, ele tinha sido escolhido por Deus, confirmava o modelo régio, para governar Portugal e deixava-se governar pela mulher em quem confiara e amara. Acabou por compreender a dor de seu irmão João de Castro, também ele vítima da sedução de Leonor, e o sofrimento de Dinis, repudiado por si, irmão querido a quem tanto amara. Reconheceu igualmente os seus enganos com mais clareza, a responsabilidade pesou-lhe nos ombros. Os

vícios e os deveres eram inconciliáveis, nas estradas do mundo, mas ele não fugiu aos círculos da luta, assumiu o encargo que lhe cabia; perdoou, como Cristo perdoou a quem o matou, e continuou a sua missão até que prouve a Deus retirá-lo do mundo. Herói é o que luta contra as suas imperfeições morais e as vence.

8. Conclusão

Tanto Fernão Lopes como Alexandre Herculano revelaram qualidades intelectuais de grande envergadura. Ambos se dedicaram à arte da escrita com elevada competência e seriedade, resultado de muito saber, de trabalho honesto e rigoroso, labor constante baseado na investigação, organização e tratamento de dados, que serviram de base às suas histórias, histórias de vidas, de comportamentos, de usos e costumes, que registam momentos únicos da nossa História. Fernão Lopes foi considerado o maior cronista português e grandiosa a sua obra, na qual realçamos as suas criações dramáticas, o nível psicológico das personagens, quer sejam individuais, quer sejam coletivas, sem esquecer o espaço que as envolve. A sua narrativa tem uma vertente moralizadora, patente em interrupções do relato com informação de nobre e salutar conteúdo, acentuadas graças ao seu poder de comunicabilidade e de interação com o leitor.

De sua autoria, a *Crónica de D. Fernando* relata os eventos sociais e políticos que ocorreram no reinado de D. Fernando, expostos com rigor e honestidade, e, em simultâneo, os percursos existenciais das personalidades intervenientes, revelando a mentalidade medieval, a causa e a reação de revoltas e revoluções que impulsionaram novas formas de vivência social e cultural.

Através da escrita de Alexandre Herculano podemos revisitarmos as mesmas personagens no conto “Arras por foro de Espanha” inserido na obra *Lendas e Narrativas*, dada à estampa sob o primado do romantismo, corrente literária introduzida em Portugal por iniciativa de seu autor e por Almeida Garrett. É através do romance histórico que a História da Idade Média é perspetivada por estes autores, nela encontrando realidades humanas capazes de renovar o nosso olhar não só sobre o passado histórico coletivo como também fazer o contraponto com a mentalidade e o comportamento dos cidadãos seus contemporâneos.

Nas narrativas, fontes do nosso trabalho de investigação, foram identificados os perfis dos heróis e dos anti-heróis, analisados os seus sentimentos e ações tendo como pressuposto, sobretudo, a obra *O herói de mil faces*, de Joseph Campbell. Nos primeiros entram personalidades como Fernão Vasques, o alfaiate, D. Dinis, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro e o povo; no segundo perfil, D. Fernando, D. Leonor Teles e Fr. Roy Zambrana, sendo este último uma personagem de ficção criada por Herculano.

D. Fernando, 9.º e último rei da dinastia afonsina, filho de D. Pedro I e de D. Constança, tinha 22 anos quando foi coroado, em janeiro de 1367, após o passamento de seu

pai. Governou até 1383, quando deixou a vida física. Ficou na História como o *Formoso*. Foi também conhecido como o *Inconstante*, tendo feito jus a este cognome. De seu pai herdou um reino tranquilo, no qual havia paz e fortuna. Envolveu-se em três guerras com Castela, que gastaram os tesouros amealhados e deixaram o país em sérias dificuldades; anulou tratados de matrimônio celebrados com os reis de Aragão e Castela, rejeitando as infantas Leonor de Aragão e Leonor de Castela, respetivamente, para se apaixonar por uma outra Leonor, de apelido Teles, mas esta já casada com João Lourenço da Cunha.

Contudo, nem tudo foi mau no seu reinado, pois soube legislar medidas fundamentais para a nação, das quais se destaca a Lei das Sesmarias, estimulou o tráfico mercantil, promovendo a movimentação e a circulação de riquezas, o desenvolvimento do comércio interno e externo, retirando o exclusivo das mãos dos nobres e do clero; criou as Bolsas Marítimas, uma espécie de seguro para proteção das embarcações destinadas ao transporte de mercadorias.

As obras que foram objeto da presente dissertação centram-se nos problemas que envolveram o seu casamento, em 1372, com Leonor Teles. Como consequência da sua teimosia e ilusão amorosa iniciam-se conflitos por todo o reino, com o objetivo de impedir esta união, motivo que, por si só, não seria bastante para a revolta que se seguiu. Outros motivos associados à destruição de bens e culturas, causados pelas guerras sucessivas, pela baixa de salários e alta de preços, e, sobretudo, pela fome que grassava pelo reino, terão acumulado iras e insatisfações bastantes.

D. Fernando ficou para a História como um rei que se preocupava mais com a realização dos seus prazeres efémeros e ilusórios do que com a governação do reino à sua responsabilidade. A sua escolha foi considerada egoísta, imprudente, colocando em causa a paz e a tranquilidade do reino. São estas as questões que as obras estudadas ecoam. A leviandade do rei ia contra a vontade de Deus, que, na opinião do povo, faria cair a Sua ira sobre a nação. O caminho do coração, que seguiu, trouxe-lhe grande sofrimento e angústia e enquadra-o no perfil de anti-herói. Pela desventura em que deixava o seu amado reino, sem filho varão para lhe suceder, temendo que os inimigos o subjugassem irremediavelmente, deixou a existência física chorando, situação que a pena de Fernão Lopes retratou admiravelmente.

Importa aqui sublinhar a ambiguidade de D. Fernando. Não é um anti-herói nítido; fica preso num impasse entre a razão de estado e os seus interesses pessoais. Quando a sua

consciência desperta, clareia-lhe o olhar, fá-lo refletir sobre a sua jornada, dá conta dos erros graves cometidos e arrepende-se.

Já Leonor Teles, sobrinha de João Afonso Telo de Meneses, conde de Barcelos, é a principal anti-heroína dos relatos analisados. De acordo com estes, Leonor conhece bem a arte da sedução, coloca-a ao serviço da sua causa: tornar-se rainha de Portugal. D. Fernando, como todos os enamorados iludidos, cai na teia de encanto e beleza que a formosa senhora tece à sua volta. Na narrativa de Fernão Lopes, Leonor Teles é apontada como a causadora de maior parte dos sofrimentos infligidos aos governados, sobretudo ao povo, minimizando-se assim a cota-parte da iniquidade de D. Fernando nos atropelos à justiça e à paz do reino, libertando-o, desta forma, um pouco mais dessa responsabilidade. Para Herculano, Leonor é o arquétipo da mulher-fatal, que afirma na sua obra que ela só queria a coroa, o seu sonho era o trono e pouco lhe importava o homem que dizia amá-la para sempre.

Se ela amou ou não o rei, não sabemos, talvez assim tenha sido, mas o fascínio pela matéria enganadora foi mais forte. O vil metal impeliu-a à autoria moral de vários crimes, entre eles o de homicídio. Com a sua conduta acumulou grande dívida espiritual e deu exemplos pouco conformes à ética e à moral cristãs predominantes ao tempo. Após a morte do rei, ocupou a regência do reino por pouco tempo. D. João de Castela e D. Beatriz, sua filha, são aclamados reis de Portugal e em várias localidades o povo revolta-se. Por ter conspirado contra o genro, enviando mensagens aos seus aliados a pedir-lhes que se opusessem aos intentos do rei castelhano, foi feita prisioneira por ele e levada para o mosteiro de Tordesilhas, onde veio a falecer. Leonor Teles ficou na História com o cognome de *Aleivosa*.

No que se refere aos heróis podemos refletir sinteticamente: Fernão Vasques, homem do povo, ouviu o chamado no seu coração e aceitou-o, sem esperar recompensa senão a de dar testemunho da sua coragem e determinação ao lutar contra a injustiça e leviandade do rei. Importa salientar que, como representante do povo, a análise desta figura e da personagem coletiva do povo podem ser entendidos como um todo. D. Dinis pagou o seu ato, de rebeldia para uns, heroico para outros, com a expulsão do reino. Refugiou-se em Castela. Atribulada terá sido a sua jornada. D. João de Castro, pela falsidade e ambição desmedidas e, sobretudo, pelo assassinio de sua esposa, é vergastado pela lei de talião. Enganado e desiludido por não ter casado com D. Beatriz, refugia-se em Castela. Após a morte de D. Fernando, D. João I de Castela, sabendo que ele seria candidato ao trono de

Portugal, afasta-o da sua Corte e manda-o para a prisão de Salamanca, onde ficaria até ao último suspiro. O povo que, para Herculano, foi a classe em torno da qual construiu o seu ideal de sociedade, baseada na ascensão por mérito e pelo amor ao trabalho, continuou a sua luta ao longo dos séculos que se seguiram.

Da comparação entre a obra de Fernão Lopes e a de Herculano verifica-se, em primeiro lugar, que existe coincidência entre as personagens que, numa e na outra obra, podem ser classificadas como heróis e como anti-heróis. Neste último domínio, destaca-se o facto de Alexandre Herculano ter acrescentado mais uma personagem, Fr. Roy, acentuando assim, na sua obra, a vertente mais negativa e sombria dos acontecimentos retratados.

Relembrando os percursos existenciais dos historiadores e as suas obras, podemos salientar o caminho difícil e solitário que ambos percorreram. Fazer Historiografia é enveredar por um vasto campo de lutas entre oposições e contradições testemunhais e documentais. Fernão Lopes fez esse caminho. Se beneficiou do acesso aos arquivos da Torre do Tombo não se ficou por aí, pois percorreu o país consultando fontes credíveis de outros arquivos, valendo-se da sua experiência profissional de tabelião. As crónicas que nos deixou revelam o seu apurado sentido de crítica historiográfica, afastando-o dos cronistas do seu tempo, que eram simples narradores de factos (muitos deles extraordinários), de batalhas, de festividades, de eventos circunscritos ao meio que os envolvia e de que tinham notícias, preferencialmente escritas. O critério objetivo e claro de Fernão Lopes tem que ver com essa noção de verdade a que sujeitava a sua escrita, passando-a pelo crivo da investigação e da razão, aproximando-o, sobremaneira, dos historiadores do século XIX. Apesar disso, a sua obra não é isenta de opinião, muito pelo contrário, como esperamos ter demonstrado nas páginas deste trabalho.

Alexandre Herculano também percorreu o caminho árduo da investigação, organização e interpretação, todavia, a obra em análise é um conto, produto da sua mente, como dissemos, se bem que baseado nos atos relatados na Crónica de Fernão Lopes. O facto de ser uma criação assumidamente literária permitiu-lhe expor os dotes de excepcional escritor, erudito, pois que manejava a língua com mestria e solenidade. O seu texto revela a sua sabedoria e nobreza de carácter, mas, também, a sua essência enquanto alma humana, com as suas simpatias e antipatias. A opção pela narrativa literária permitiu-lhe tomar partido relativamente às personagens da história do passado, ainda que as mensagens que daí retirava se dirigissem aos seus contemporâneos. Deste modo, pôde fazer coincidir na sua obra, não

só a sua pesquisa historiográfica e os seus dotes literários, mas também cruzar estas duas linhas com a sua vertente política, que sempre o impeliu a intervir na sociedade.

Tanto Fernão Lopes como Alexandre Herculano fizeram quanto, e enquanto, puderam para deixar testemunho escrito do nosso passado histórico, o primeiro com a sua aparente simplicidade, o segundo com a sua erudição, ambos honestos e dignos trabalhadores ao serviço da História. Estudar esse passado e saber é usufruir de um legado enriquecedor que permite a renovação de propósitos, alteração de pensamentos e de comportamentos com vista ao progresso individual e coletivo.

Uma nação só pode regenerar-se se os que nela vivem souberem aproveitar o conhecimento que o passado lhes faculta. Ao nível individual, é fundamental o estudo, expandir a capacidade de discernimento, a determinação, a disciplina, a vontade de fazer mais e melhor, moldando o carácter por forma a que se conforme cada vez mais com as leis naturais de justiça, de fraternidade, de solidariedade. Esse esforço individual vai refletir-se no todo, no coletivo. Quando todos os nossos pensamentos e atos forem honestos, retos, justos, benevolentes, de respeito para com o nosso semelhante e para com toda a criação de Deus, então teremos saldado as dívidas morais do nosso passado histórico.

Eis o trabalho que propomos para cada um de nós, semelhante à jornada do herói, ouvir o chamado, aceitá-lo, trabalhar e lutar, tendo em vista o objetivo que pretendemos alcançar e seguir confiantes na vitória.

9. Bibliografia

Bibliografia ativa

- HERCULANO, Alexandre (1851) – *Lendas e Narrativas*, Lisboa, Imprensa Nacional, Viúva Bertrand e Filhos.
- LOPES, Fernão (1975) – *Crónica de Dom Fernando*, Edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- LOPES, Fernão (2017) – *Crónica de Dom João I - primeira parte*, coordenação e notas de Teresa Amado, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Bibliografia passiva

- AMADO, Teresa (1997) – *Fernão Lopes. Contador de História, sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.
- AMADO, Teresa (2007) – *O passado e o presente – Ler Fernão Lopes*, Lisboa, Presença.
- CAMPBELL, Joseph (2013) – *O Herói de Mil Faces*, trad. Adail Ubirajara Sobral, São Paulo, Editora Pensamento Ltda, ^{14.ª impressão 1949}.
- COELHO, Jacinto do Prado (1978) – “Herculano poeta: cambiantes e tensões” *Revista Colóquios e Letras*, n.º 41, Lisboa, p. 5-18.
- Diário da Câmara dos Deputados*, n.º 25, sessão de 8 de junho de 1908.
- FORTES, Agostinho (1910) – *Alexandre Herculano*, Lisboa, Empresa da Biblioteca d’Educação Nacional.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, DIAS, Eurico Gomes (2010) – *Alexandre Herculano – o cidadão e o historiador*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- HERCULANO, Alexandre (1873-1908) – *Opúsculos / por Alexandre Herculano*, Lisboa: Viúva Bertrand, 10 v.
- MARTINS, Guilherme d’Oliveira (2010) – *200 anos do nascimento de Alexandre Herculano – mestre-cidadão*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- MONTEIRO, João Gouveia (1988) – *Fernão Lopes, texto e contexto*, prefácio de José Mattoso, Coimbra, Livraria Minerva.
- NEMÉSIO, Vitorino (1978) – *A mocidade de Herculano (1810-1832)*, Amadora, Livraria Bertrand.
- NIETZSCHE, Friedrich (1998) – *Assim falava Zaratustra*, trad. Paulo Osório de Castro, Lisboa, Relógio d’Água Editores.

- PIRES, António M. B., SANTANA, Maria Helena (2010) – *Alexandre Herculano – o escritor*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- RANK, Otto (2015) – *O Mito do Nascimento do Herói. Uma Interpretação Psicológica dos Mitos*, Cienbook.
- REBELO, Luís de Sousa (1983) – *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte.
- RIBEIRO, Carlos Portugal (1933) – *Alexandre Herculano, a sua vida e a sua obra (1810-1877)*, Lisboa, Tip. Da Empresa Nacional de Publicidade.
- SARAIVA, António José (1996) – *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Público/Gradiva, 2 vol.

Sítios na web

- “Batalha de Alfarrobeira” in *Infopédia* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-06-26 15:21:00]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$batalha-de-alfarrobeira](https://www.infopedia.pt/$batalha-de-alfarrobeira).
- FRAZÃO, Dilva, *Biografia de Lucrecia Bórgia* in https://www.ebiografia.com/lucrecia_borgia/ [consultado a 16.03.2020].
- HERCULANO, Alexandre (2016) – *A Voz do Profeta*, coordenação de Ângela Correia, Lisboa, https://bibliotronicaportuguesa.pt/wp-content/uploads/2015/03/Alexandre_Herculano_Voz_do_Profeta.pdf [consultado a 10.07.20].
- PINTO, Paulo Sousa (2017) – “Os Dias da História - Morte do Infante D. Fernando, o ‘Infante Santo’”, Antena 2, in <https://ensina.rtp.pt/artigo/morte-do-infante-d-fernando-o-infante-santo/> [consultado a 26.06.2020].